



Universidades Lusíada

Pina, Márcia Almeida

A ascensão económica da China e os desafios que enfrenta no século XXI

<http://hdl.handle.net/11067/7523>

Metadados

Data de Publicação

2024

Resumo

O principal tema abordado nesta dissertação é a ascensão económica da China e os impactos que teve na ordem internacional mundial. Desta forma, é realizada uma análise ao desenvolvimento económico e político da República Popular da China desde o final dos anos 1970 até aos desafios que enfrenta nas primeiras décadas de 2000. Como veremos ao longo do trabalho, o crescimento económico da República Popular da China inicia-se com um conjunto de reformas económicas lideradas por Deng Xiaoping, que i...

The main theme covered in this dissertation is the economic rise of China and the impacts it had on the global international order. In this way, an analysis is made of the economic and political development of the People's Republic of China from the late 1970s to the challenges it faces in the 2000s. As we will see throughout the work, the economic growth of the People's Republic of China begins with a set of economic reforms led by Deng Xiaoping, which will have impacts not only on China, but ...

Palavras Chave

Relações Internacionais, Política externa - Evolução histórica - República Popular da China, República Popular da China - Crescimento económico - Globalização

Tipo

masterThesis

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULP-FD] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-08-25T18:46:12Z com informação proveniente do Repositório



Universidade Lusíada (Porto)

**A ascensão económica da China e os desafios que enfrenta no
século XXI**

Márcia Almeida Pina

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre

Orientador – Prof. Doutor Paulo Amorim

PORTO, 2024

AGRADECIMENTOS

Terminada a investigação que deu origem a esta Dissertação de Mestrado, resta-me, por imperativo de justiça, deixar um agradecimento a todos os que me apoiaram nesta minha jornada.

Em primeiro lugar, um agradecimento a todos os docentes que, ao longo da Licenciatura e do Mestrado me proporcionaram ensinamentos que foram instrumentos vitais para a conclusão deste projeto académico. Destaco, neste âmbito, o Prof. Doutor Paulo Amorim, pela orientação desta dissertação de Mestrado.

Em segundo lugar, deixo o meu sentido reconhecimento pelo apoio prestado pela equipa da Biblioteca da Universidade Lusíada-Porto, liderados pela Dra. Olinda Martins, que me facilitaram o acesso à informação disponível, quer em formato papel quer em suporte digital, nomeadamente das bases de dados como a B-On.

Por último, um agradecimento especial ao apoio da minha família e de amigos, que foi fundamental na concretização deste trabalho.

ÍNDICE

RESUMO.....	4
ABSTRACT	5
PALAVRAS-CHAVE/KEYWORDS	6
LISTA DE ABREVIATURAS.....	7
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL	10
1. Política Externa e a Análise de Política Externa (APE): Conceitos e Relação com Teoria do Sistema-Mundo	10
2. Teoria do Sistema-Mundo: Pensamento de Wallerstein.....	13
3. Teoria do Sistema-Mundo na Atualidade	19
CAPÍTULO II – ASCENSÃO ECONÓMICA DA CHINA	24
1. Enquadramento histórico-política da China antes da sua modernização.....	24
2. O Crescimento Económico da China.....	29
2.1. A Participação da China na Organização Mundial de Comércio.....	35
2.2. Desenvolvimento Pacífico da China.....	46
CAPÍTULO III – IMPACTO DO DESENVOLVIMENTO CHINÊS NA ORDEM MUNDIAL.....	49
1. As relações China-EUA.....	49
2. A Guerra Comercial China-EUA na OMC	51
CONCLUSÃO.....	54
BIBLIOGRAFIA	59

RESUMO

O principal tema abordado nesta dissertação é a ascensão económica da China e os impactos que teve na ordem internacional mundial. Desta forma, é realizada uma análise ao desenvolvimento económico e político da República Popular da China desde o final dos anos 1970 até aos desafios que enfrenta nas primeiras décadas de 2000.

Como veremos ao longo do trabalho, o crescimento económico da República Popular da China inicia-se com um conjunto de reformas económicas lideradas por Deng Xiaoping, que irão ter impacto não só na China, mas em toda a região asiática, e que vão resultar numa abertura gradual do país para o comércio internacional. Para tal, vão ser criadas Zonas Económicas Especiais (ZEE), registando-se um aumento do investimento direto estrangeiro (IDE) acompanhado da transformação do modelo de desenvolvimento agora baseado no aumento das exportações.

Com esta abertura gradual da República Popular da China para o mundo, esta vai ser confrontada com alguns desafios, incluindo questões ambientais devido à industrialização do país, às disparidades entre áreas urbanas e áreas rurais, o superinvestimento, os desequilíbrios no crescimento económico e social e transição para um modelo que se irá basear nas exportações.

Este crescimento económico significativo da China fará com que esta se torne numa das principais potências do mundo, tanto produtora como exportadora, assim como levará a um desequilíbrio económico mundial, como demonstra a relação comercial conflituosa entre a China e os EUA.

ABSTRACT

The main theme covered in this dissertation is the economic rise of China and the impacts it had on the global international order. In this way, an analysis is made of the economic and political development of the People's Republic of China from the late 1970s to the challenges it faces in the 2000s.

As we will see throughout the work, the economic growth of the People's Republic of China begins with a set of economic reforms led by Deng Xiaoping, which will have impacts not only on China, but on the entire Asian region, and which will result in a gradual opening of the country to international trade. To this end, Special Economic Zones (ZEE) will be created, there will be an increase in foreign direct investment (FDI) and there will be a transformation of the development model based on exports.

With this gradual opening of the People's Republic of China to the world, it will be faced with some challenges, including environmental issues due to the country's industrialization, disparities between urban and rural areas, overinvestment, imbalances in economic and social growth and transition to a model that will be based on exports.

This significant economic growth in China will make it one of the main powers in the world, both producing and exporting, as well as leading to a global economic imbalance, which results from the commercial relationship between China and the USA.

PALAVRAS-CHAVE

República Popular da China; Globalização; Teoria Sistema-Mundo; Crescimento Económico; EUA; OMC; Reformas Deng Xiaoping; Relação EUA-China

KEYWORDS

Republic Popular of China; Globalization; World-System Theory; Economic growth; USA; WTO; Deng Xiaoping Reforms; US-China relationship

LISTA DE ABREVIATURAS

APE – Análise de Política Externa

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

RPC – República Popular da China

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

EUA – Estados Unidos da América

PCC – Partido Comunista Chinês

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ONU – Organização das Nações Unidas

ZEE – Zona Económica Especial

GATT – Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio

OMC – Organização Mundial do Comércio

INTRODUÇÃO

Esta dissertação, subordinada ao tema *A ascensão económica da China e os desafios que enfrenta no século XXI*, tem por escopo o estudo da ascensão económica da China e o seu impacto na Ordem Mundial.

A nossa investigação desdobra-se, assim, em dois eixos principais. O primeiro privilegia as determinantes sistémicas da ascensão económica da China, o que implica adotar uma perspetiva de análise mais ampla, que transcenda o objeto específico – o desenvolvimento económico recente da China – em termos tanto temporais como espaciais.

O segundo eixo valoriza as determinantes “domésticas”, resultado, sobretudo, das iniciativas do Estado chinês no que concerne à formulação e implementação de políticas de crescimento económico.

A nossa proposta de investigação tem como principal objetivo analisar a recente trajetória de crescimento da economia chinesa, e o seu impacto na Ordem Mundial, tendo como ponto de partida a abordagem teórico-metodológica da análise do sistema-mundo, a partir do referencial teórico baseado nos principais autores reunidos em torno dessa abordagem, como Immanuel Wallerstein.

Neste sentido, a pergunta de partida à qual pretendemos responder no final deste trabalho é: Quais foram os principais desafios encontrados pela China durante o seu grande crescimento económico?

Para responder à questão acima proposta, dividimos este trabalho em três capítulos.

No primeiro capítulo é feita uma abordagem aos conceitos de política externa e análise de política externa, assim como a sua relação com a Teoria do Sistema Mundo de Immanuel Wallerstein. Na teoria do Sistema Mundo, Wallerstein oferece-nos uma visão abrangente das relações mundiais, centradas na economia mundo capitalista. Esta será a teoria base usada na compreensão das dinâmicas globais contemporâneas, focadas sobretudo nas relações de poder, competição entre potências, desigualdades económicas e geopolíticas, assim como na ascensão da China dentro desse poder.

No segundo capítulo é abordado o crescimento económico da República Popular da China. Numa primeira fase é feito um enquadramento histórico em que se aborda a história da China desde as suas raízes milenares até ao período contemporâneo, passando por alguns momentos cruciais para a história do país. Numa segunda fase do segundo capítulo falamos sobre o desenvolvimento económico da China a partir de 1978. Este desenvolvimento económico aconteceu na sequência de um conjunto de reformas implementadas por Deng Xiaoping e trouxe um conjunto de desafios para China. Além disso, este capítulo também aborda a entrada da china na OMC e a sua relação com outros mercados internacionais.

Por fim, num terceiro capítulo é feita uma análise do impacto do desenvolvimento chinês na ordem mundial, centrado na relação China-EUA.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

No sentido de compreendermos a ascensão da China e a forma como esta se vem a relacionar com os outros Estados no Sistema Internacional, começamos, desde logo, por identificar os principais conceitos e fundamentos necessários para o entendimento da nossa problemática, fazendo uma primeira análise aos conceitos de política externa e análise de política externa (APE), passando também pela abordagem à Teoria do Sistema-Mundo, de Immanuel Wallerstein, que serviu de fio condutor à nossa investigação.

1. Política Externa e a Análise de Política Externa (APE): Conceitos e relação com a Teoria do Sistema-Mundo

Durante muitos anos, o Realismo foi a teoria dominante nas Relações Internacionais, teoria esta, que estava muito ligada à ideia de poder e à ideia de que o Estado era o único ator no Sistema Internacional. Neste sentido, a definição tradicional de Política Externa estava completamente associada à ideia realista, que defendia que a política externa de um Estado se justificava pelo seu interesse nacional, dando mais ênfase aos factos/acontecimentos. Além disso, considerava-se que a política interna era completamente independente da política externa.

Contudo, com o liberalismo veio desenvolver-se uma nova visão de política externa, surgindo a APE (Análise de Política Externa), que no fundo veio refutar tudo aquilo que a análise tradicional defendia. Em primeiro lugar, podemos dizer que a APE se veio opor à ideia defendida pelos realistas de que a política interna era independente da política externa. Além disso, veio dizer que existem outros atores no sistema internacional para além do Estado, e que estes não agem apenas de acordo com o interesse nacional, mas também de acordo com os fatores ideacionais e do contexto sociocultural do seu decisor. Portanto, podemos dizer que uma das grandes inovações da APE, nos anos 50, foi a de “abrir a caixa negra do Estado”, em que se passou a ter em conta a importância crescente dos fatores internos na formulação da política externa (Salomón & Pinheiro, 2013).

Neste sentido, torna-se importante, saber, em primeiro lugar, o que se entende por política externa. Apesar de existirem várias definições, podemos começar por dizer que atualmente política externa é “a atividade pela qual os Estados agem, reagem e interagem” (Sousa & Mendes, 2014). Além disso, a política externa cruza dois ambientes, o interno/doméstico¹ e o externo² e, neste sentido, é necessário que os decisores políticos tenham em conta, tanto os interesses do meio interno, como os do meio externo, pois a sua ação deve basear-se na junção de ambos.

Ao estudarmos a política externa devemos de ter em atenção alguns pontos-chave. Primeiro, devemos de ter a noção de que quando falamos de política externa temos de ter presente que os seus fenómenos devem de ser estudados como comportamentos adaptativos, pois ao estudarmos o seu conceito conseguimos perceber que a política externa de um Estado é reflexo da sua adaptação ao meio envolvente. Portanto, é possível dizer que a política externa de um Estado resulta de uma constante adaptação do Estado aos desafios colocados pelo ambiente externo.

Além disso, é também muito importante ter em atenção os fatores internos, como por exemplo a cultura política, que influenciam muito a política externa que, segundo a *Linkage Theory* de James Rosenau, resulta da ligação entre os fatores internos e externos. É também de destacar os fatores ideacionais, como por exemplo as ideias, as perceções e as ideologias do decisor político, como algo que também influencia a política externa, pois condicionam a interpretação dos fatores, e que varia de decisor para decisor.

Portanto, podemos dizer que a política externa dos Estados é resultado de um processo complexo entre a associação da sociedade nacional e a sociedade internacional, em que as ideias, as normas e a identidade assumem um papel fundamental, que influencia a perceção dos atores sobre os seus interesses e preferências, o que depois se reflete nas suas decisões.

¹ O meio interno, também designado de meio doméstico, é considerado o pano de fundo, com base no qual as diretrizes da política externa são delimitadas. Podemos dizer que a posição geopolítica e o nível de desenvolvimento económico de um Estado, são exemplos de fatores do meio interno.

² O meio externo, também designado de meio internacional, diz respeito ao ambiente onde a política externa será implementada.

Uma das grandes contribuições para a APE e, portanto, que surgiu para refutar e se tentar ultrapassar a visão tradicional sobre a política externa, foi desenvolvida por Snyder, Bruck e Sapin, que tentaram compreender o processo de tomada de decisão. Assim, estes vieram dizer que em política externa é fundamental analisar o comportamento dos decisores políticos aquando da tomada de decisões. Desta forma, Snyder, Bruck e Sapin fundaram o chamado modelo decisional, que veio dar primazia à análise do comportamento dos decisores, ao contrário da análise tradicional que dava primazia ao estudo do Estado. Além disso, na análise tradicional existia uma grande barreira entre a política externa e a política interna, que com o modelo decisional deixou de existir, deixando os fatores externos de serem os únicos fatores e fundamentais no estudo da política externa.

No seu modelo, Snyder, Bruck e Sapin vêm, ainda, dar destaque às perceções do decisor e à conjuntura do meio que o rodeia, que consideram como fundamentais para o processo de tomada de decisão em política externa. Estes autores defendem, ainda, que o próprio processo de decisão em si é um fator explicativo, pois é esse mesmo processo que faz a ligação entre os estímulos recebidos, tanto do meio interno, como do meio externo, e a decisão que é tomada. Desta forma, torna-se importante analisar a ligação entre as decisões já tomadas e o todo o processo que levou essa decisão a ser tomada (ou seja, saber o porquê de uma decisão ter sido tomada implica, também, saber como é que se chegou a essa decisão).

Além da contribuição de Snyder, Bruck e Sapin, com o seu modelo decisional, é também de destacar o contributo de Rosenau para o desenvolvimento dos estudos sobre a APE. Em debate com o modelo decisional, Rosenau proõe que é bastante importante percebermos a política externa como um processo adaptativo, em que as sociedades nacionais se devem de adaptar ao meio externo e tentar manter um equilíbrio entre o meio interno e o externo. À semelhança de Snyder, Bruck e Sapin, também Rosenau vem defender a ideia de que para compreendermos um determinado acontecimento em política externa temos de ter em atenção os dois ambientes, o interno e o externo, e fazer uma interligação entre ambos.

É com base nestas ideias defendidas que a APE se vai desenvolver, articulando sempre a política interna com a política externa, mas partindo sempre do pressuposto de que a sua origem é interna e a agência é transnacional.

A análise de política externa pode ser complementada pela teoria do sistema-mundo de Wallerstein, oferecendo uma perspectiva abrangente sobre as relações internacionais e as dinâmicas de poder entre os Estados.

A teoria do sistema-mundo de Wallerstein parte do pressuposto de que o sistema internacional é um sistema interconectado e hierárquico, composto por diferentes Estados e regiões que interagem entre si. Esta abordagem considera que a economia mundial é uma unidade única e analisa as relações entre os Estados com base na sua posição dentro do sistema-mundo.

Quando aplicada à análise de política externa, a teoria do sistema-mundo pode ajudar a compreender as motivações e estratégias dos atores internacionais, destacando a importância do contexto mundial na elaboração das políticas externas dos Estados.

Os Estados procuram maximizar seus interesses económicos, políticos e de segurança dentro da estrutura do sistema-mundo. Por exemplo, Estados do centro do sistema-mundo, que possuem economias avançadas e um maior poder político, normalmente procuram manter e fortalecer a sua posição hegemónica. Assim, as suas políticas externas são feitas tendo em consideração a procura da hegemonia, seja através da promoção de interesses económicos, da expansão territorial ou do exercício da influência geopolítica.

Da mesma forma, Estados na periferia ou semiperiferia do sistema-mundo podem adotar estratégias de política externa para promover os seus interesses dentro das limitações impostas pela hierarquia mundial. Eles podem fazer alianças estratégicas, participar em organizações internacionais e ter uma maior autonomia na tomada de decisões.

Além disso, a teoria do sistema-mundo também pode ajudar a entender as relações entre diferentes blocos regionais e a competição entre eles. Esta destaca a existência de hierarquias regionais dentro do sistema-mundo, onde certas regiões podem ter mais poder e influência do que outras. Essas dinâmicas regionais influenciam as estratégias de política externa dos Estados e as interações entre as diferentes regiões.

2. Teoria do Sistema-Mundo: Pensamento de Wallerstein

Para Wallerstein a economia-mundo capitalista é a base para se conseguir entender todas as instituições do mundo moderno. Como conceito fundamental na sua teoria,

importa, desde logo, compreender o que é capitalismo. Desta forma, podemos definir capitalismo como um sistema de produção fundamentado na divisão de trabalho e no uso de máquinas, caracterizando-se por uma economia de mercado, onde o principal objetivo é a venda de produtos a um mercado alargado, visando sempre a obtenção de lucros (Sousa & Mendes, 2014).

Na sua obra, Wallerstein considera que capitalismo é um modo de produção que visa a obtenção de lucros, identificando o surgimento de um capitalismo agrícola no século XVI, em que as mercadorias, essencialmente agrícolas, eram comercializadas com o objetivo final de obter lucro no mercado. Podemos, assim, dizer que Wallerstein é um crítico de Marx e Adam Smith, pois estes assumem que o capitalismo é a livre circulação de bens e mercadorias. Mas, para Wallerstein o capitalismo deve de ser entendido como um sistema mundo em que o que permanece é uma livre circulação parcial dos fatores de produção no mercado e que está sujeito às interferências políticas nesse mercado.

Wallerstein vem defender uma estrutura internacional assente na divisão do mundo em três zonas diferentes – o centro, a periferia e a semiperiferia – sendo esta divisão feita de acordo com os princípios do capitalismo ocidental. Desta forma, são considerados Estados da zona centro, todos aqueles que se dedicam à produção de alto valor acrescentado; já os Estados da periferia dizem respeito aos que fabricam bens de baixo valor acrescentado e que fornecem commodities e matérias-primas para os Estados da zona centro; finalmente, os Estados semiperiféricos correspondem aos que assumem um papel intermediário entre os dois anteriores, ou seja, tanto podem adotar comportamentos de Estados da zona centro em relação aos Estados periféricos, como o contrário. Esta situação vem criar desigualdades no sistema internacional, fazendo com que exista uma relação de dependência entre os Estados da zona centro e os Estados periféricos, tornando, a maior parte das vezes, os segundos dependentes de ajuda externa, tanto financeira como humanitária, e de empréstimos.

Na sua obra *O Sistema Mundial Moderno*, Wallerstein fala-nos em três momentos temporais distintos.

No primeiro volume fala-nos da origem do sistema mundial e das condições que existiam nessa altura. Assim, aborda a passagem do feudalismo para o capitalismo na Europa no século XVI.

Depois, num segundo volume da obra estuda o período que se inicia em 1640 e que vai até 1815, que é onde se verifica a consolidação deste sistema mundial.

Num terceiro volume da sua obra, que se circunscreve ao período entre 1815 e 1917, fala-nos numa conversão da economia-mundo em algo global, transcendendo a fronteira europeia e, termina com um quarto volume que aborda a consolidação da economia-mundo capitalista e as suas consequências desde 1917 até à atualidade.

Para Immanuel Wallerstein a Europa feudal era considerada como uma civilização, onde existiam duas economias: uma de subsistência, que era a rural, e uma economia de mercado, mais presente nas cidades. Durante esta época feudal, na Europa Ocidental assistimos a um crescimento lento da população e da produtividade e que se insere num sistema legal que assegurava que a maior parte dos excedentes tivessem como destinatários os proprietários de estatuto nobre e que controlavam a parte jurídica. É, também, nesta altura que começa a surgir uma classe mercantil, e que as cidades passam a tornar-se num local de refúgio e de oportunidade de emprego para os camponeses.

Assim, podemos dizer que o feudalismo e o crescimento e expansão do comércio evoluem lado a lado (Wallerstein, O Sistema Mundial Moderno). Contudo, na visão do autor, o feudalismo era limitado quanto ao comércio de longa distância, pois este era apenas um comércio de bens de luxo, sendo que era o comércio local que se dedicava à venda de bens essenciais (alimentação e artesanato). Podemos dizer que este comércio apenas beneficiava as desigualdades de preços e dependia da compreensão política e das possibilidades económicas dos mais ricos. Só mais tarde, com a expansão da produção já inserida no meio de uma estrutura de economia-mundo, é que o comércio de longa distância se começa a tornar mais importante.

Até meados do século XIV assistiu-se a um crescimento da população e de núcleos económicos, contudo com a chegada da guerra e, conseqüentemente, da crise, doenças e dificuldades económicas, esse crescimento verificado até então parou. Para esta crise Wallerstein aponta algumas razões: desde logo, o facto de depois de muitos anos de apropriação feudal do excedente se atingir uma situação decrescente de rendimentos; além disso, realça o facto de as alterações climáticas terem diminuído a produtividade dos solos, a que se junta a pouca tecnologia agrícola e artesanal e o aumento de epidemias, que foram agravadas pela guerra. Com a guerra, houve também um aumento da carga fiscal, o que levou a uma redução da produção e da circulação monetária.

Os empréstimos régios vieram aumentar a crise de crédito, o que levou a uma alteração nos padrões do comércio internacional, passando-se a assistir a um aumento generalizado dos preços e a uma conseqüente diminuição de clientes, o que teve como resultado a estagnação do comércio. Segundo este autor, é precisamente nesta altura de colapso e estagnação que se dá a passagem para uma economia-mundo capitalista.

Segundo Wallerstein a instituição de uma economia-mundo capitalista requer a existência de três pilares, que considera serem fundamentais: primeiro, tem de existir uma expansão geográfica do mundo; depois, é necessário que se desenvolvam métodos de controlo de trabalhos diferenciados para os vários produtos e zonas de economia; e, um terceiro pilar consiste na necessidade de se criarem aparelhos de Estados minimamente resistentes nos potenciais Estados centrais da economia-mundo capitalista.

De forma a conseguir descrever o modo de funcionamento e as condições do sistema mundial aquando da passagem do feudalismo para o capitalismo, Wallerstein explica o que entende por sistema mundo, dizendo que este é um sistema social que tem limites, estruturas, grupos associados, regras de legitimação e coerência (Martins, 2015). Além disso, caracteriza-se por estar numa constante transformação e tensão, em que os Estados o tentam transformar a seu favor, pois as regras de legitimação são feitas pelos próprios Estados. Contudo, este não inclui apenas os Estados, é mais abrangente e envolve, por exemplo, os antigos impérios, e não se restringe ao aspeto económico, daí se designar por sistema mundo.

Wallerstein chama à atenção para o facto de não existir um governo mundial e daí considerar que não existe um sistema mundial alternativo que tenha capacidade para concorrer com este sistema económico mundial e assim fazer uma melhor distribuição económica. Caso esse governo mundial existisse, o autor defende que este deveria ser um governo socialista para que fosse feita uma redistribuição da riqueza produzida e gerada.

Desta forma, o sistema-mundo baseia-se numa divisão funcional e geográfica do trabalho, consoante a organização social do trabalho, o que legitima que determinados grupos recebam a maior parte do excedente, ou seja, que explorem o trabalho dos outros.

Na visão de Wallerstein esta situação contribui para a manutenção de um centro, em que aquilo que predomina é a acumulação de capital e a alta capacitação da força de trabalho, e de áreas periféricas, que se caracterizam por baixos investimentos e baixa qualificação da força de trabalho, e em que os Estados são frágeis e têm um baixo nível de autonomia.

O facto de a economia mundo capitalista que emergiu na Europa nesta altura se ter caracterizado por envolver várias políticas e culturas apenas numa única divisão de trabalho, sem haver a necessidade de se criar uma unidade central de dominação política, revelou-se numa vantagem para o novo sistema-mundo, tornando-se num fator estabilizador.

O capitalismo baseia-se numa constante acumulação de capital, pelo que exige a incorporação de novos territórios, novos segmentos, público e novas esferas à sua lógica de acumulação. Ao aumentar a sua base territorial por todo o mundo, a economia-mundo capitalista expande, também, o seu sistema interestatal de apoio ao processo de acumulação. Segundo Wallerstein as principais características dos Estados soberanos foram definidas por um sistema interestatal.

Assim, podemos afirmar que o sistema mundial moderno é constituído por uma economia-mundo que está em constante expansão e que cuja divisão de trabalho implica que exista uma tensão centro-periferia que se fundamenta numa troca desigual. Além disso, existe uma estrutura política constituída por Estados soberanos, reconhecidos e acolhidos por um sistema interestatal.

Apesar de fundamental para reconhecer os Estados, o sistema interestatal delimita o campo operacional destes, restringindo o seu poder de atuação autónoma e soberana. Contudo, esta situação acaba por se revelar benéfica e por completar a economia-mundo capitalista, pois limita a ação dos Estados quanto à sua interferência a nível económico. Wallerstein chega mesmo a considerar que as interferências dos Estados nos mercados acabam por ser intervenções voltadas para aumentar a acumulação capitalista.

Para melhorar a acumulação, os Estados adotaram algumas medidas, nomeadamente a consolidação de mecanismos necessários para assegurar a apropriação da mais-valia, a garantia dos direitos de propriedade e a proteção de capitalistas que estejam em competição com outros capitalistas, assim como a proteção destes contra as classes

trabalhadoras. Desta forma, Wallerstein vê as intervenções dos Estados como um jogo no qual os benefícios de uns se tornam em perdas para outros.

Uma característica dos Estados nacionais modernos, segundo esta Teoria Sistema-Mundo, é que estes têm os seus movimentos restringidos e adaptados dentro do sistema inestatal constituído pelo sistema-mundo capitalista. Assim, vai contra as ideias defendidas pelos realistas Hans Morgenthau e Waltz, que consideram que o sistema inestatal surgiu num sistema de anarquia e imprevisibilidade constante, na qual os Estados agiam de acordo com os seus interesses.

Outro aspeto fundamental deste sistema-mundo capitalista é que a sua expansão obriga a uma incorporação de zonas de periferia e semiperiferia às lógicas dominante do centro. Contudo, estes territórios incorporados não têm qualquer autonomia económica, e ao passarem a estar integrados no sistema juntam-se às cadeias de produção e distribuição da economia mundo-capitalista, podendo dessa forma beneficiar dos seus ciclos ou, pelo contrário, acabar por serem prejudicados.

Wallerstein utiliza como unidade de análise o mundo e não os Estados, analisando as áreas económica, política e sociocultural como estando interligadas entre si. Para esta análise, o autor dividiu o mundo em três níveis hierárquicos diferentes – centro, periferia e semiperiferia – não sendo esta hierarquia algo fixo, pois os Estados de centro poderiam passar a ser de periferia ou semiperiferia ou o contrário. Cada hierarquia caracterizava-se por ter diferentes aspetos políticos, económicos e culturais:

- Eram considerados Estados de Centro todos aqueles que tinham uma produção de alto valor acrescentado, que produziam e exportavam tecnologia e que tinham mão de obra especializada. Além disso, estes eram Estados fortes, com uma forte identidade nacional, com capacidade para ampliar a sua influência além-fronteiras.
- Os Estados da Semiperiferia eram Estados industrializados de baixo valor tecnológico agregado, que absorvem tecnologia (não produzem) e a mão de obra é essencialmente semi-especializada e não especializada. Politicamente, são Estados que apesar de terem controlo sobre a sua política interna, não conseguem exercer influência externamente. Além disso, têm uma identidade cultural e nacional média.
- Os Estados Periferia apenas produzem produtos primários e caracterizam-se por ter uma mão de obra não especializada. Em termos políticos, estes Estados não têm controlo da sua política interna e não exercem influência externa. A sua identidade nacional é frágil,

muitas vezes inexistente, prevalecendo maioritariamente identidades étnicas ou religiosas.

Podemos dizer que os Estados de semiperiferia servem como Estados-tampão entre os Estados centro e os Estados periferia, pois conseguem garantir que os problemas da periferia não atinjam diretamente o centro. Como Estados que exercem esta função temos, por exemplo, a China.

3. Teoria do Sistema-Mundo na Atualidade

A teoria do sistema-mundo de Wallerstein continua a ter relevância e aplicabilidade na análise das relações globais na atualidade. Apesar desta obra ter sido desenvolvida entre século XVI e o século XIX, as suas ideias e conceitos têm sido adaptados e aplicados para entender os desafios e as dinâmicas contemporâneas do sistema-mundo.

Esta teoria é aplicada na atualidade, por exemplo, na análise das desigualdades económicas e geopolíticas entre Estados e regiões. A divisão entre o centro, a periferia e a semiperiferia ainda é evidente, pois ainda é claro a existência de Estados desenvolvidos, que vão acumulando riqueza e poder em detrimento de Estados menos desenvolvidas. A exploração económica, o controlo de recursos naturais e a desigualdade na distribuição dos benefícios económicos continuam a ser temas relevantes na discussão sobre a economia global.

Além disso, a teoria do sistema-mundo de Wallerstein também pode ser aplicada para analisar as dinâmicas de poder e competição entre as principais potências globais na atualidade. A procura por hegemonia política e económica, as alianças e rivalidades entre os Estados do centro e as tensões geopolíticas podem ser compreendidas dentro do contexto do sistema-mundo. Esta teoria fornece um quadro conceptual para entender as relações de poder entre os Estados no contexto do sistema-mundo. Destaca a importância da competição pela hegemonia política e económica como uma dinâmica central nas interações entre os Estados do centro.

No sistema-mundo, os Estados do centro são aqueles que possuem as economias mais avançadas, tecnologia de última geração e maior poder político. Estes têm tendência para dominar as relações económicas globais e para exercer influência sobre outros Estados e regiões. No entanto, a competição entre as potências do centro pela

manutenção ou conquista da posição hegemónica é um aspeto essencial na dinâmica do sistema-mundo. Essa competição pode-se manifestar em várias formas, tais como disputas comerciais, rivalidades geopolíticas, acordos de cooperação estratégica e/ou confrontos militares.

Os Estados do núcleo procuram maximizar seus interesses económicos e políticos através de uma competição por recursos naturais, mercados e influência global. Para tal formam alianças estratégicas de forma a fortalecer a sua posição e, simultaneamente, enfrentam tensões e rivalidades entre si.

Como exemplo desta situação na atualidade, e aplicando esta teoria do sistema-mundo, temos a competição entre os Estados Unidos e a China. Ambos os Estados são considerados potências do centro, que procuram ter a hegemonia política e económica global. Esta competição verifica-se em diferentes situações, desde o comércio internacional, tecnologia, influência geopolítica, até disputas territoriais. A análise sob a perspetiva do sistema-mundo permite compreender esta rivalidade como parte de uma dinâmica maior de procura por poder e hegemonia no sistema global.

Além disso, a teoria do sistema-mundo também pode ajudar a entender as alianças e as coligações que se formam entre os Estados do centro como estratégias para manter ou fortalecer a sua posição hegemónica. Essas alianças são moldadas tanto por interesses económicos, como por objetivos políticos e de segurança, como é o caso, por exemplo, da União Europeia (UE), que é uma aliança que se formou entre Estados do centro com o objetivo de fortalecer a sua influência económica e política na região e no sistema-mundo como um todo.

No entanto, é importante realçar que as dinâmicas de poder e de competição no sistema-mundo são complexas e estão em constante evolução, pelo que a aplicação da teoria do sistema-mundo na análise contemporânea requer uma compreensão aprofundada das realidades políticas, económicas e culturais de cada contexto específico, pelo que é necessário articular a teoria do sistema-mundo de Wallerstein com outras abordagens e análises para se ter uma compreensão mais completa das dinâmicas globais de poder na atualidade.

Outro aspeto importante é a análise das relações culturais e identidades nacionais no sistema-mundo contemporâneo. A teoria de Wallerstein destaca a importância do intercâmbio cultural e das ideologias na construção das identidades e na legitimação do

sistema. A globalização e os avanços tecnológicos têm impulsionado a interconexão cultural e a formação de identidades transnacionais, mas também têm provocado resistências e conflitos culturais, que podem ser analisados segundo a teoria do sistema-mundo.

Uma das contribuições significativas da teoria do sistema-mundo é a sua capacidade de analisar a interconexão e a interdependência global num mundo globalizado. Embora a teoria tenha sido elaborada antes da globalização, os seus conceitos fundamentais continuam a ser aplicáveis atualmente. O sistema-mundo é compreendido como uma entidade interligada, em que as ações e decisões tomadas por um país ou região têm implicações e podem afetar, direta ou indiretamente, outros atores e o sistema como um todo.

Neste sentido, a teoria do sistema-mundo permite a compreensão dos desafios enfrentados por Estados e regiões face à crescente interdependência económica global. Assim, questões como o comércio internacional, os fluxos financeiros, as cadeias de suprimentos globais e a migração podem ser analisadas dentro do contexto do sistema-mundo, tendo sempre em consideração as assimetrias e as desigualdades a que se assiste em todas elas.

Esta teoria ajuda, ainda, a explicar as transformações e os rearranjos geopolíticos que estão a ocorrer atualmente. A ascensão de novas potências, como a China, e as mudanças na dinâmica de poder global são compreendidas dentro do contexto mais amplo do sistema-mundo. Aqui destaca-se a competição e a procura por hegemonia entre potências, que se pode observar nas disputas comerciais, nas alianças estratégicas e nas rivalidades geopolíticas que moldam a política internacional contemporânea.

Além disso, fornece um quadro conceptual para analisar as desigualdades e as disparidades globais que persistem no mundo atual. A divisão entre o centro, a periferia e a semiperiferia continua a ser relevante, com Estados do centro que vão acumulando riqueza e influência, em detrimento das nações periféricas. A exploração dos recursos naturais, a transferência de tecnologia de forma desigual, as políticas comerciais assimétricas e as desigualdades no acesso aos benefícios que a globalização trouxe são temas que podem ser analisados através desta abordagem teórica.

Contudo, é importante reconhecer que a teoria do sistema-mundo de Wallerstein também tem sido alvo de várias críticas e debates na atualidade. Alguns académicos

argumentam que esta negligencia as dinâmicas regionais e a agência de atores não-estatais na formação do sistema-mundo. Outros apontam que as transformações contemporâneas, como a digitalização da economia e as mudanças climáticas, desafiam as categorias analíticas estabelecidas pela teoria. Há, ainda, quem considere que esta teoria tenha de ser adaptada ao atual sistema-mundo para compreender melhor as complexidades que existem.

No que respeita à China, esta era historicamente considerada, segundo a teoria do sistema-mundo, como um país periférico, pois era um país muito atrasado a nível económico, mas não só, e pouco desenvolvido. No entanto, nas últimas décadas assistimos a um grande crescimento económico da China e a uma transformação significativa da sua posição no sistema-mundo.

Segundo a teoria do sistema-mundo a ascensão económica da China aconteceu devido a diversos fatores. Podemos começar por destacar a transferência de atividades económicas. Devido à mão de obra intensa e de baixo custo e a um grande mercado de consumidores, a China passou a ser um destino bastante atraente para o investimento direto estrangeiro (IDE). Esta transferência de atividades económicas dos Estados de centro para a China, veio acelerar o seu crescimento económico, aumentando também a sua participação na cadeia de valor mundial. Além disso, a China começou a implementar políticas de abertura económica, o que possibilitou a sua integração na economia mundial, tornando-se num importante ator das relações comerciais internacionais. Assim, conseguiu fortalecer a sua competitividade a nível mundial, aumentando as suas exportações e beneficiando do acesso a tecnologias e conhecimentos dos Estados de centro.

Outro fator foram as políticas industriais e de desenvolvimento implementadas pelo governo chinês, tendo este, também, assumido um papel importante no crescimento da China. A adoção destas políticas, permitiram o reforço da competitividade do país e impulsionaram o seu crescimento económico.

Um dos outros fatores que contribuíram para o crescimento económico da China, na ótica da teoria do sistema-mundo, foi a sua expansão territorial. A China foi assumindo cada vez mais uma maior presença no cenário internacional, adotando iniciativas, como foi o caso da Iniciativa do Cinturão e da Rota, que visavam aumentar a sua influência noutras regiões do mundo. Esta expansão internacional é uma das suas estratégias para

aumentar a influência política e económica, fortalecendo a sua posição no sistema-mundo.

Tendo em consideração estes fatores, podemos ver a ascensão económica da China como uma transição gradual, em que esta passou de uma posição periférica para uma posição semiperiférica no sistema-mundo. O país tem procurado expandir sua influência e poder económico a nível mundial, desafiando a hegemonia das nações do centro, como os Estados Unidos, essencialmente, e alguns Estados europeus.

No entanto, a análise da ascensão da China com base na teoria do sistema-mundo de Wallerstein não é uma visão única ou consensual, existindo diferentes debates e interpretações sobre o impacto e as implicações deste fenómeno na ordem mundial.

CAPÍTULO II – ASCENSÃO ECONÓMICA DA CHINA

1. Enquadramento histórico-política da China antes da sua modernização

Com raízes milenares e palco de diversos impérios, a China é atualmente um dos Estados mais populosos do mundo, acolhendo mais de cinquenta etnias diferentes, sendo que a sua etnia principal é a *han*, que corresponde a 91,5% da sua população (Xavier, 2008).

Em 1949 foi proclamada a República Popular da China (RPC), como um regime comunista. Assim, a RPC surge durante o contexto de Guerra Fria, não se posicionando ao lado de nenhum dos dois blocos. Aliás, mesmo sendo um país comunista, a RPC distanciou-se da influência soviética, existindo inclusive momentos de aproximação com os EUA. É nos final dos anos 70 que a China inicia o seu processo de abertura e modernização económica, que acaba por se tornar num expressivo desenvolvimento económico para o país.

Até 1949, a China revela-se como um país muito rudimentar e pouco evoluído tecnologicamente, e em termos de relações económicas com outros Estados, a política externa da China refletiu a sua fraqueza e dependência internacional. No início do século XVIII, o Império do Meio era bastante atrasado ao nível científico e tecnológico, em relação às potências Ocidentais, o que acabou por levar ao fracasso chinês nas Guerras do Ópio.

Em 1757 o Imperador Qianlong declarou que Cantão seria o único porto aberto à comercialização com as potências ocidentais, colocando, assim, limites de entrada e de utilização no interior da cidade. Em anos posteriores, veio a ser declarada a proibição do consumo e venda de ópio. Houveram, também, algumas tentativas de incrementar relações diplomáticas e comerciais entre a Inglaterra e a China, primeiro com George Macartney em 1793, e posteriormente William Pitt em 1816, contudo não tiveram sucesso.

Em 1833, face ao crescente interesse de Inglaterra em comercializar em território chinês, os comerciais fizeram um apelo pelo alívio das restrições impostas pelo Sistema de Cantão. Estes sucessivos apelos, levaram a que em 1838 o Imperador

Daoguang recusasse suspender a proibição e exigiu o fim das atividades contrabandistas no porto de Cantão, dando assim início à primeira Guerra do ópio, que só vem a terminar em 1842. O resultado desta guerra foi a derrota da China Imperial, que ficou obrigada através da assinatura do Tratado de Nanquim, a ceder importantes vantagens comerciais à Inglaterra, tais como a abertura de mais portos comerciais e a cedência de Hong Kong e de várias pequenas ilhas (Morgadinho, 2021). Após esta vitória inglesa, os franceses também impuseram tratados semelhantes à China, conseguindo entre 1843 e 1844 algumas vantagens comerciais.

Contudo, estas concessões comerciais não se restringiram apenas às potências europeias. Em 1844 surge o Tratado de Wanghsia, que também vem atribuir concessões e privilégios comerciais muito semelhantes para os Estados Unidos da América (EUA). Entre 1856 e 1860 acontece a segunda Guerra do Ópio que traz mais concessões prejudiciais para a China, celebradas no Tratado de Tientsin.

Entre 1894 e 1895 aconteceu a primeira Guerra Sino-Japonesa, que terminou com a assinatura do Tratado de Shimonoseki e obrigou a China a pagar indemnizações, a abrir mais portos comerciais e a ceder o controlo da Coreia, parte da Manchúria e Taiwan ao Japão. Pode-se dizer que esta derrota da China teve, essencialmente, duas consequências para a China imperial, desde logo esta não poderia continuar a definir-se como o centro do mundo, e em segundo lugar, o sucesso do Japão fez com que os demais Estados imperialistas procurassem obter mais benefícios (Morgadinho, 2021).

Desta forma, no início do século XIX, a China era uma semicolónia dividida em duas esferas de influência, caracterizada por grandes atrasos tecnológicos e científicos em comparação com os Estados imperialistas. Esta situação provocou um descontentamento social para com a dinastia de Qing, e em 1911 os militares dão início à Revolução de Xinhai. Em 1912, Sun Yat-Sem regressa à China e proclama a República Popular da China (RPC).

Impulsionado pela Conferência da Paz de Versalhes, em 1919 surge o chamado Movimento 4 de Maio, formado por jovens influenciados pela Revolução Bolchevique de 1917, que ignorou as pretensões chinesas de devolução das antigas concessões alemãs e transferiu-as para o Japão. Além disso, estes jovens manifestaram-se contra o

futuro político do país, incentivando a criação do Partido Comunista Chinês (PCC), o que acabou por mais ³tarde levar a uma guerra civil (Morgadinho, 2021).

A guerra civil chinesa, entre nacionalistas e comunistas reacendeu-se em 1945, após a derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial e colapso da Frente Unida. Os nacionalistas, liderados pelo General Chiang Kai-shek, eram apoiados pelos EUA e os comunistas eram liderados por Mao Zedong e tinham o apoio da União Soviética.

Quanto aquilo que seria o futuro da China também existiam divergências: o Partido Popular Nacional de Sun Yat-Sem pretendia a inserção da China no sistema mundial capitalista e o desenvolvimento de um poder estatal autoritário capaz de unificar o país e assegurar a sua modernização; Já o PCC, liderado por Mao Zedong, defendia que a modernização da China assentaria na autossuficiência, produzida pela industrialização e pela coletivização da agricultura, argumentando que a proposta de Partido Popular Nacional iria colocar o país à disposição das potências imperialistas.

Em 1949, o secretário de estado norte-americano propõe a Truman a divulgação de um Livro Branco, em que propunha terminar com o envolvimento dos EUA na guerra civil chinesa, admitindo, simultaneamente, a vitória dos comunistas e de Mao Zedong e a consequente perda da China (Morgadinho, 2021). Assim, é neste ano que a guerra civil termina, com a vitória do PCC e de Mao. Contudo, Chiang Kai-Shek, líder nacionalista, refugia-se na ilha de Taiwan e estabelece um governo de cariz democrático, o que acaba por manter viva esta guerra junto do público e dos políticos norte-americanos.

Com a ascensão ao poder de Mao Zedong, surge uma nova era na China e que é vista como a libertação do século da humilhação (Morgadinho, 2021). Durante este período a China vai-se aproximar da URSS e dos seus aliados, seguindo a ideologia marxista-leninista. Esta aproximação ao bloco soviético acontece devido à necessidade chinesa de conseguir ter ajuda externa para combater as dificuldades provocadas pelas guerras que devastaram o território e o atraso estrutural do país. O receio de Estaline, líder soviético, de vir a acontecer um cerco capitalista à União Soviética fez com que houvesse um estreitamento da relação com Mao.

³ A Frente Unida foi uma estratégia que os nacionalistas e comunistas adotaram contra a presença japonesa em território chinês durante a II Guerra Mundial.

O novo modelo político chinês instituído após a ascensão de Mao ao poder estabelecia a recuperação do orgulho nacional chinês, que havia sido perdido durante o século da humilhação, quando a China sofreu uma grande pressão por parte das potências estrangeiras em negociar e fazer cedências territoriais. Desta forma, o governo de Mao veio defender a limitação da interação estrangeira no território chinês e a negociação individual com as potências estrangeiras.

Podemos dizer que Mao definiu as linhas gerais da política externa chinesa através de três decisões estratégicas: desde logo, recusou-se a herdar as relações diplomáticas desenvolvidas pelo projeto republicano, e passou a estabelecer apenas relações diplomáticas com os Estados que reconhecessem a República Popular da China; depois, uma segunda grande estratégia, foi o facto de definir que a RPC não teria relações com as potências imperialistas, como era o caso dos EUA, por exemplo; e por último, decidiu seguir a esfera socialista, liderada pela URSS (Morgadinho, 2021).

Assim, a política externa da China durante a era de Mao caracterizou-se pela primazia da política interna, face à externa, a importância do passado e a ideologia, tendo como principais objetivos a recuperação económica do país e eliminação dos focos de tensão e oposição internos.

Em pleno contexto de Guerra Fria, em que o mundo estava dividido em duas esferas de influência, a RPC decidiu aliar-se à União Soviética no sentido de se defender das estratégias norte-americanas, que pretendiam isolar a China ao nível político e económico. Além disso, esta aliança com os soviéticos legitimava a liderança e o movimento revolucionário de Mao.

Esta aproximação à URSS fez com que a República Popular da China adotasse o modelo de desenvolvimento soviético, com destaque na transformação da indústria pesada. Este modelo baseava-se na premissa de que o importante era crescer rápido independentemente da qualidade, e em que a modernização estava muito associada ao urbano e industrializado, o que acabou por levar ao descontentamento da população (Morgadinho, 2021).

Face a toda esta situação, a RPC encontrava-se isolada no cenário internacional.

Em 1956 Mao deu início a Campanha das Cem Flores, que consistia no incentivo de intelectuais a debaterem a cultura socialista, de forma a demonstrar a superioridade do

socialismo em relação ao capitalismo. Contudo, esta Campanha terminou em 1957 depois de uma crescente contestação dos pilares ideológicos do PCC.

Para conseguir afastar e acelerar o movimento socialista, Mao dá início ao segundo Plano Quinquenal, que decorre entre 1958 e 1962, designado de “Grande Salto em Frente”. Durante este período, o líder da RPC pretendia acelerar o processo de coletivização dos meios de produção agrícola e distanciar-se do modelo de desenvolvimento soviético. Este novo modelo defendido por Mao baseava-se na construção de comunas populares que iriam produzir apenas bens, cereais e ferro, e o excedente do setor agrícola iria financiar a industrialização (Morgadinho, 2021).

Contudo, este Segundo Plano revelou-se um fracasso, devido a fatores internos e externos, desde logo as condições climáticas de seca e inundação e o fim da aliança sino-soviética, que aconteceu após a morte de Estaline e a consequente degradação das relações entre ambos os Estados. O fim desta aliança com a URSS fez com que toda a assistência técnica soviética fosse retirada do território chinês, beneficiando a aproximação da RPC aos EUA.

Face a este fracasso, que levou à escassez de alimentos e más condições de vida, Mao decidiu ceder o seu cargo de presidente da RPC a Liu Shaoqi, que se focou na liberdade individual dos agricultores e empresas privadas.

Em 1966 Mao iniciou a Revolução Cultural, que só vem a terminar passado 10 anos, com o principal objetivo de eliminar a oposição do PCC ao seu poder. Em 1969 Mao acaba por ser novamente eleito líder do PCC, contudo surgiu um receio de um confronto com a URSS. Perante o desenvolvimento da hostilidade soviética, a RPC iniciou um processo de normalização das relações com os EUA. Assim, em 1968 iniciou-se o processo de reaproximação entre a RPC e os EUA, que resultou na visita do Presidente norte-americano Nixon à China em 1972. Esta reaproximação aconteceu por necessidade face ao reconhecimento de uma ameaça comum, a União Soviética.

Esta reaproximação dos EUA e RPC, levou a que em 1971 Taiwan fosse substituído pela RPC na Organização das Nações Unidas. Zhou Enlai, primeiro-ministro chinês, que iniciou o diálogo com os EUA, introduziu também as quatro modernizações – agricultura, indústria, ciência e tecnologia e defesa nacional. Em 1973, este abdica do seu cargo, sendo substituído por Deng Xiaoping.

Após a morte de Mao Zedong em 1976, surge uma luta pelo poder e acaba por substituir o antigo líder do PCC, Hua Guofeng. Este tentou reverter as mudanças feitas por Zhou Enlai e Deng Xiaoping, seguindo a política maoísta. Contudo, este enfrentou alguns problemas: o primeiro grande problema surge associado à sua legitimidade como sucessor de Mao Zedong; depois, sofre uma grande pressão por parte dos militares e apoiantes para reabilitar Deng Xiaoping; por fim, precisava de reorganizar as prioridades económicas para promover o desenvolvimento e modernização da RPC (Morgadinho, 2021).

Em 1977, Deng Xiaoping consegue recuperar todos os cargos dos quais tinha sido demitido. Assim, dá-se início a uma nova era na política interna e externa da RPC, que se caracterizou pela estabilidade e paz internacional, fundamentais para o desenvolvimento económico chinês.

2. O Crescimento Económico da China

O grande desenvolvimento económico da RPC inicia-se em 1978, após o início de um processo de reformas económicas liderado por Deng Xiaoping. Estas reformas tinham como principal objetivo a abertura gradual do país, através da implementação de políticas orientadas para a exportação. Esta abertura gradual manteve-se ao longo da década de 80, e intensificou-se com o início do processo de adesão da China ao GATT (atual OMC).

Em 1978, Deng Xiaoping iniciou um processo de reformas económicas, que se baseou na abertura gradual da RPC, através da implementação de políticas orientadas para a exportação. Esta abertura gradual manteve-se ao longo de toda a década de 80 e intensificou-se com o início do processo de retorno da China ao GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio). A abertura da economia chinesa aconteceu de uma forma gradual, com o estabelecimento de ZEE (Zona Económicas Especiais) em quatro cidades costeiras⁴. Isto garantiu o aumento das exportações, tornando dessa forma estas regiões mais dinâmicas em termos económicos, e conseguindo atrair investimentos externos e aumentando a relação da China com os outros Estados do mundo. No que respeita ao investimento direto estrangeiro (IDE) este aumentou bastante depois da

⁴ As Zonas Económicas Especiais estabeleceram-se nas quatro cidades costeiras – Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen.

abertura da China ao mundo, essencialmente aquele proveniente do leste asiático. As medidas tomadas incluíram a transferência de alguns direitos do comércio para os governos locais, o que até então se restringia ao governo central, nomeadamente: a aprovação do estabelecimento de novas indústrias, a garantia às empresas dos direitos do comércio dos seus produtos e das matérias-primas, a diminuição das barreiras impostas ao comércio, tais como as quotas de importação e as licenças, a redução da tarifa, a reformulação do sistema de controlo de câmbio e a mudança nas tarifas aplicadas a produtos exportados.

Depois da revolução cultural, o crescimento económico passou a ser visto como um fator essencial para a sobrevivência do PCC e da RPC, pelo que o foco da liderança central deixou de ser a segurança nacional.

Em 1978 Deng Xiaoping introduziu a Política de Abertura, instituindo a ideia de que o isolamento da RPC a iria levar à pobreza e fraqueza. Assim, a Política de Abertura traduziu-se num conjunto de medidas adotadas no sentido de promover a expansão das relações económicas da RPC através da economia capitalista, sobretudo, no mercado americano. Esta Política levou a um aumento exponencial do investimento direto estrangeiro (IDE) e do comércio internacional e permitiu a criação de Zonas Económicas Especiais (ZEE) no litoral da China. Com a criação destas ZEE o líder chinês pretendia atrair o conhecimento e o investimento estrangeiro para o território chinês.

Com o tempo, Deng Xiaoping foi percebendo que precisava de fazer mudanças na economia chinesa, através da introdução de um capitalismo de direção central, autoritariamente regulado, mas que fosse aberto ao mercado e que explorasse a diversidade e extensão do país (Morgadinho, 2021). Contudo, percebeu que a liberdade e democracia não eram compatíveis com a realidade que vivia na RPC e que o PCC tinha de continuar a comandar a vida política e a ter o monopólio do poder do Estado.

O desenvolvimento das ZEE resultou na criação de instituições locais dotadas de alguma autonomia e, em 1992, as medidas de descentralização da Política de Abertura alargou-se a praticamente todo o território chinês.

Com a Política de Abertura e Reforma, foi declarado o fim do radicalismo da era de Mao Zedong, com o principal objetivo de focar o PCC na modernização socialista, que consistia na modernização da agricultura, indústria, da defesa nacional e ciência e

tecnologia até ao final do século XX e a estabilização da ditadura do proletariado na China (Morgadinho, 2021). Deng pressupunha fazer todos os possíveis para aumentar a produção, tanto na indústria como na agricultura, para que o nível de vida da população chinesa aumentasse, deixando de ser um dos mais baixos do mundo, para chegar ao nível da dos Estados ocidentais, mas sem renunciar aos ideais comunistas.

Com esta política na RPC vamos assistir tanto a momentos de cooperação, em que existiam forças internas que apoiavam a reforma económica e política, como momentos de conflito, com forças opostas.

Foi numa reunião do Comité Central do PCC em março de 1979 que Deng Xiaoping estabeleceu os chamados “Quatro Princípios Fundamentais”, que não poderiam ser ultrapassados por ninguém, e caso o fizessem corriam pena de perseguição e prisão. Esses Quatro Princípios Fundamentais baseavam-se na via socialista, na ditadura do proletariado, na direção do PCC e do marxismo-leninismo e o pensamento de Mao Zedong.

Entre 1985 e 1991 a RPC foi afetada por uma crise devido a problemas económicos e instabilidade política. Em julho de 1989, o incidente de Tiananmen afetou a RC a dois níveis: ao nível interno, levou à suspensão do processo de reforme e ao regresso das ideologias conservadoras, significando uma vitória da parte ortodoxa do PCC; e ao nível externo, este incidente teve graves repercussões, tendo sido impostas diversas sanções por parte dos EUA, Estados europeus e pelo Japão, o que resultou na diminuição do IDE e das importações de produtos chineses.

Assim, a segunda metade da década de 90 é marcada por uma tentativa da RPC quebrar o isolamento que estava a sentir. Para isso, fez algumas alterações internas na liderança, na ideologia e iniciou uma renovação das reformas económicas.

Todas as iniciativas levadas a cabo por Deng Xiaoping contribuíram para uma progressiva integração e participação da RPC em diferentes organizações, tanto ao nível regional, como a nível internacional.

O plano para o desenvolvimento da RPC continuou, mesmo depois da saída de Deng Xiaponig. Entre 2001 e 2005 foram estabelecidas diversas medidas de crescimento e também surgiram preocupações com o serviço de saúde. Algumas das medidas deste período passaram pela redução do desemprego nas áreas urbanas e taxas de crescimento

para a indústria, que foram estabelecidas individualmente para cada setor, melhorias na infraestrutura, aumento com os gastos na Investigação e Desenvolvimento (I&D), preocupações com o meio ambiente e redução do crescimento populacional. Contudo, este plano vai acabar por fracassar, pois não apresentou as estratégias necessárias para alcançar os objetivos definidos.

O 11º Plano Quinquenal, entre 2006 e 2010, marcou uma nova fase na política económica da RPC. Este plano foi feito de acordo com uma análise profunda aos constrangimentos internos e externos que o país estava a enfrentar e, tem como objetivo construir uma base sólida para o desenvolvimento da China. Podemos dizer que este plano é uma revolução, no sentido em que os líderes chineses passam a olhar para o futuro económico do país (Xavier, 2008). Aqui não se tenta direcionar o crescimento chinês, pelo contrário, há um pressuposto de que o desenvolvimento chinês só ocorre em contexto de globalização e que os setores da economia se vão desenvolver de acordo com as forças de mercado.

Neste 11º Plano destacam-se algumas medidas: desde logo, a contribuição de especialistas e o envolvimento da população, consultando-a; a adoção de conceitos como desenvolvimento científico e sociedade harmónica; a escolha da teoria dos “três representantes” de Deng Xiaoping; o foco em questões ligadas ao consumo de energia e meio ambiente; e, preocupações com a economia. Esta inserção de questões ligadas ao meio ambiente veio demonstrar um avanço significativo da China e deixa a ideia de que esta continua a caminhar no sentido de se tornar uma economia de mercado (Xavier, 2008).

Quando se fala no conceito de desenvolvimento científico referimo-nos ao facto de colocar o ser humano em primeiro lugar, o que mostra que a RPC se está a empenhar em construir uma visão de desenvolvimento sustentado e coordenado. No fundo, isto significa que a China está predisposta a substituir o desenvolvimento muito baseado na mão-de-obra e no progresso científico-tecnológico, por uma maior preocupação com a qualidade dos produtos que fabrica e com a redução de energia. Este desenvolvimento científico, acabaria por ser um meio para se alcançar a chamada sociedade harmónica, que tinha como principal preocupação a população rural.

Outra medida adotada neste 11º plano é a dos “três representantes”, que no fundo se refere à ideia de que o Partido Comunista deve representar as necessidades de

desenvolvimento das forças produtivas chinesas, o desenvolvimento da cultura chinesa e os interesses fundamentais da grande maioria da população da RPC (Xavier, 2008).

Relativamente à preocupação com o consumo de energia e problemas ambientais, também mencionado neste plano, esta deve-se à subida do preço do petróleo, que aliada ao grande crescimento económico do país e à forte dependência externa para abastecimento, veio agravar e aumentar as preocupações do governo chinês nesta matéria.

Assim, este plano tinha como principais objetivos a transformação do modo de desenvolvimento económico, a adoção de uma nova estratégia de industrialização e a construção de uma sociedade baseada no consumo energético eficiente e na preservação do meio ambiente. Além disso, este plano também pressupunha reformas institucionais que visavam, sobretudo, reduzir a burocracia e a abertura de monopólios estatais para o capital privado, como por exemplo o caso das telecomunicações.

A RPC manteve, desta forma, o seu crescimento acelerado. Contudo, isto veio agravar alguns problemas que o país já enfrentava há algum tempo devido ao grande ritmo de crescimento económico e aos recursos que tinha disponíveis. As grandes preocupações coincidiam, em grande parte, com adotadas no plano, mas podemos destacar a escassez de recursos, a degradação do meio ambiente, a coordenação entre o desenvolvimento económico e social, o baixo desenvolvimento dos serviços e o superinvestimento. Podemos dizer que estes problemas estão associados ao modelo de industrialização adotado no país

O grande crescimento económico da RPC está sobretudo associado à expansão da indústria no país, com o crescimento da produção a ser liderada pela indústria química e da maquinaria elétrica. Além disso, o facto de terem passado a existir mais indústrias privadas e menos controladas pelo Estado, apesar da indústria do tabaco e do petróleo serem em grande parte estatal, também contribuiu para esse grande crescimento.

A estratégia de industrialização tradicional, que se baseava na indústria pesada e química, no elevado consumo de recursos naturais, pouca qualificação da mão-de-obra, que por consequência era muito barata, e o baixo desenvolvimento tecnológico verificado no país, trouxe várias consequências negativas.

A poluição e degradação do meio ambiente é outro grande problema da RPC, que está relacionado não só com a industrialização, mas também com os processos de modernização e urbanização, o que acaba por comprometer o desenvolvimento do sustentável do país. Para tentar combater estes problemas, a China começou a recorrer a agências internacionais, como o Banco Mundial, e a investimentos externos (Xavier, 2008).

Outro desafio enfrentado pela RPC prende-se com a coordenação do desenvolvimento económico e social, pois existem altas taxas de crescimento do PIB, mas um crescimento muito lento ao nível de emprego. Podemos dizer que esta situação se verifica devido ao facto de grande parte do crescimento chinês ser resultado de investimentos e exportações, e não de consumo interno (Xavier, 2008). Além disso, existe uma grande disparidade de desenvolvimento entre as cidades e as áreas rurais, assim como em regiões, das cidades mais centrais para aquelas que se localizam mais no interior.

Outro grande problema da RPC é o chamado superinvestimento, ou seja, o crescimento do investimento a taxas superiores ao crescimento do consumo. Como consequência desta situação, pode resultar o aumento da capacidade produtiva mais rápido do que a expansão da demanda, o aumento das desigualdades entre os mais ricos e os pobres, e o crescimento excessivo do superavit comercial. Isto a longo prazo, significa um risco elevado de crises financeiras. A aceleração da inflação também é uma situação de preocupação para a RPC.

As crises sentidas na RPC no final da década de 80 e início da década de 90 levaram o PCC a mudar a sua estratégia, tendo que passar a adotar um modelo de desenvolvimento baseado nas exportações. Para isso houve uma desvalorização da moeda chinesa e um conjunto de reformas que aceleraram o declínio da economia rural, originando ondas de migração de trabalhadores rurais para as zonas de exportação, localizadas ao longo da costa da China. Isto fez com que a China se aproximasse da ordem mundial de livre comércio, absorvendo os empregos de manufatura existentes no mundo, e tornando-se na chamada “fábrica do mundo” (Hung, 2017).

A terceirização da produção na China, assim como a corrida dos Estados em desenvolvimento para atrair capital das potências do norte, e que a China ajudou a desencadear, permitiu às empresas transnacionais acumular lucros extraordinários, o

que levou a um aumento dos pedidos de produtos manufaturados provenientes da China. Isto resultou numa rápida expansão da capacidade industrial chinesa.

A excessiva produção chinesa e excessivo consumo por parte dos EUA levaram a um desequilíbrio económico mundial, levando a uma prosperidade de ambos os Estados, durante a maior parte dos anos 2000.

2.1.A Participação da China na Organização Mundial de Comércio

Com o fim da II Guerra Mundial, assistimos a um período de graves dificuldades económicas que ameaçaram e vieram colocar em causa todo o sistema financeiro e económico mundial. Foi, neste sentido, que surgiu a necessidade de se regular as relações comerciais internacionais e de reconstruir as economias destruídas pela guerra, criando-se um sistema baseado em normas gerais.

Para tal, inicia-se um período de discussão entre os vencedores da guerra no sentido de se criar uma organização que regulasse o comércio internacional. Contudo, devido à falta de acordo entre os Estados, o que resulta é apenas o GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio), que surgiu em 1947 e que veio estabelecer um conjunto de normas, com o principal objetivo de aumentar a liberalização multilateral do comércio, combatendo assim as tradicionais práticas protecionistas que colocavam entraves ao livre comércio.

Apesar de no seu seio ter algumas características de uma organização, o GATT tinha um carácter provisório, sendo que só deveria agir até ser criada uma organização internacional de comércio. De todos os esforços realizados no sentido de essa organização surgir, a verdade é que isso só foi possível já na década de 90, depois de várias rondas de negociação.

Dessa forma, a Organização Mundial de Comércio (OMC) surgiu em 1994, na sequência da Uruguay Round, iniciada em 1986, nomeadamente da Conferência de Marraquexe, sendo que entrou em funcionamento a 1 de janeiro de 1995. Esta Uruguay Round visava essencialmente a reforma das regras do GATT e introduziu no seu seio novas áreas e setores.

A OMC veio introduzir as bases de um novo sistema comercial internacional permitindo, assim, um funcionamento integrado, sólido e eficaz, diferenciando-se em vários aspetos do GATT. Podemos até mesmo dizer que esta organização de comércio mundial surgiu como uma consequência da globalização, pois além de conseguir abrir os mercados nacionais ao comércio mundial, também veio regular o comércio de uma forma equilibrada entre Estados desenvolvidos e Estados em desenvolvimento.

Aliás, sediada em Genebra, a OMC tem como principais funções a administração dos acordos comerciais, serve de fórum de negociação comercial, trata de conflitos comerciais, supervisiona políticas comerciais e concede assistência técnica a economias em desenvolvimento.

Como sabemos, houve algumas modificações aquando a criação da OMC, sendo que esta passou a ser uma organização internacional com capacidade jurídica e de regulação. Assim, as principais diferenças a destacar entre a OMC e o GATT são:

1. o facto de os compromissos assumidos pela OMC serem permanentes e de pleno direito, algo que não acontecia no GATT, pois este era usado como um acordo com várias derrogações;
2. além disso, enquanto que a OMC se destina ao comércio de mercadorias, serviços e aspetos do direito da propriedade intelectual, ligados ao comércio, o GATT era um acordo que apenas se aplicava ao comércio de mercadorias;
3. a OMC tem, também, poder em todos os acordos tipificados, sobretudo em acordos multilaterais, e que são subscritos por todos os seus membros. Já no que respeita ao GATT este revelava-se como um instrumento multilateral, mas bastante limitado a acordos seletivos e de carácter plurilateral;
4. outra diferença a destacar é o facto de o GATT não ter poder de decisão nem capacidade de resolução de conflitos, o que veio a mudar com a OMC, pois esta passou a integrar nos seus órgãos um Órgão de Resolução de Diferendos/Conflitos.

É, ainda, de realçar que o GATT não deixou de existir aquando o surgimento da OMC. Em 1994 a OMC absorveu o GATT, e este ainda hoje continua a existir e a regular algumas áreas do comércio internacional de mercadorias, desde que isso não interfira ou coincida com as disposições que entraram em vigor com a OMC.

A Declaração de Marraquexe, que deu origem à OMC em 1994, refere que existe a necessidade, por parte da OMC, de reforçar a cooperação de modo a contribuir para o desenvolvimento das economias. Para isso, esta organização também trabalha em conjunto com outras organizações internacionais de âmbito monetário e financeiro, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial.

Atualmente, a OMC é A Organização Mundial de Comércio é, atualmente, constituída por 164 membros e todas as decisões são tomadas por consenso entre todos os Estados

No que respeita à sua estrutura, esta é composta por quatro órgãos: a Conferência Ministerial, o Conselho Geral, o Mecanismo de Exame de Políticas Comerciais e o Órgão de Resolução de Diferendos.

- Conferência Ministerial:

O órgão supremo da Organização Mundial de Comércio é a Conferência Ministerial, que é constituída pelos representantes de todos os Estados-membros da organização, que se devem reunir pelo menos uma vez de dois em dois anos, sendo que cada Estado-membro tem direito apenas a um voto.

É da competência exclusiva deste órgão a adoção de interpretações no que diz respeito aos acordos integrantes do Uruguay Round, pela votação de maioria de três quartos. Relativamente à modificação de disposições dos acordos multilaterais e à admissão de novos membros, só poderá ocorrer se for aprovada por maioria de dois terços dos votos.

- Conselho Geral:

O Conselho Geral desempenha, em conjunto com a Conferência Ministerial, a função de interpretação dos acordos. Este órgão pode reunir sob duas formas específicas: uma é como Órgão de Resolução de Diferendos e a outra assume a função de Órgão de Exame de Políticas Comerciais.

- Mecanismo de Exame de Políticas Comerciais:

Este órgão é importante para a OMC, pois é quem realiza a vigilância das políticas comerciais. O seu principal objetivo é “melhorar a transparência das políticas e práticas comerciais e encará-las à luz de um debate público intergovernamental”, de forma a permitir uma avaliação multilateral dos resultados das políticas sobre o sistema

comercial internacional (Medeiros, 2013). Estes exames devem realizar-se de forma regular.

A política comercial da União Europeia, dos EUA, do Japão e do Canadá são examinadas de dois em dois anos e, os restantes 16 Estados devem ser analisados por ordem de importância no comércio internacional, de quatro em quatro anos.

Estes exames são executados com base em dois relatórios, em que um deles é organizado pelo governo do país que apresenta a apreciação e o outro relatório é realizado pelo Secretariado da OMC, sendo que ambos são posteriormente publicados.

- Órgão de Resolução de Diferendos:

O Órgão de Resolução de Diferendos é algo inovador na OMC, pois não existia no GATT. Este está instituído no “Memorando de Acordo Sobre Regras e Procedimentos Atinentes à Regulação de Litígios”. No fundo, pretendia-se implementar uma abordagem geral com o objetivo de acabar com as insuficiências que vinham do GATT, nomeadamente o facto de não existir uma segurança jurídica ligada à variedade de situações de conflitos, principalmente a partir do Tokyo Round, assim como a ausência de um sistema integrado, a possibilidade de qualquer parte pode adiar a resolução do diferendo, a carência de regras consistentes que fixassem os direitos e as obrigações processuais e, também o facto de não existirem medidas eficazes para quando um Estado não aplicasse uma decisão, assim como a possibilidade de os Estados agirem unilateralmente.

A principal função deste órgão é resolver os conflitos que possam surgir entre os Estados-membros da organização. Além dos Estados-membros da OMC, este sistema integrado também se destina a Estados signatários dos acordos plurilaterais.

É de destacar que este Órgão de Resolução de Conflitos da OMC apenas trata de questões ligadas ao comércio, ou seja, funciona como uma espécie de “tribunal” apenas para questões relacionadas com o comércio internacional.

Além disso, a OMC integra, ainda, no seu seio vários comités que atuam em diferentes áreas, que auxiliam a organização a manter o seu bom funcionamento.

Aliado ao grande crescimento económico, assistimos à integração da RPC em algumas organizações regionais e internacionais. Ao nível internacional, e após várias tentativas a RPC vai conseguir entrar para a OMC.

Após longos quinze anos de negociações, a RPC vai acabar por se tornar um membro da OMC.

A China foi um dos 23 signatários iniciais do GATT (General Agreement on Tariffs and Trade), que entrou em vigor a 1 de janeiro de 1948. O último ciclo de negociações do GATT, denominado “Uruguay Round” foi iniciado em 1986 (no qual a China participou como observador) e concluído em Marraquexe, em 1994, dando origem à criação da OMC- Organização Mundial do Comércio (que, nasceu a janeiro de 1995 e substituiu o GATT na gestão dos acordos multilaterais). Face à originalidade do modelo político-económico, a China teve que negociar as condições da sua adesão à OMC com os outros Estados-membros ao mesmo tempo que prosseguia a sua reforma económica e a sua abertura ao mercado internacional. Depois de 15 anos de duras negociações, foi assinado em 10 de novembro de 1999 um acordo com os EUA para a entrada da China na OMC.

Finalmente, em 11 de dezembro de 2001, a China tornou-se o 143º membro da OMC, o que acarretou mudanças irreversíveis na sua estrutura económica e industrial, permitindo a sua plena inserção na economia mundial com a aceitação dos princípios de mercado, trazendo consigo modificações, não só na China, como nas economias que com ela se relacionam.

Esta dificuldade da China em entrar para esta organização de comércio mundial esteve relacionada não só com questões económicas, mas também esteve associada à ideia de uma possível ascensão da China a grande potência no sistema internacional.

A participação ativa da RPC nas principais organizações internacionais assegura não só a sua influência nos processos de tomada de decisão política, como também impede que sejam tomadas decisões que a possam afetar e que estas sejam tomadas sem o seu conhecimento prévio. Podemos dizer que a entrada da China na OMC confere-lhe, simultaneamente, prestígio internacional e confirma o sucesso das reformas de Deng Xiaoping.

A decisão da China em integrar a OMC baseou-se, sobretudo, em quatro grandes motivos (Xavier, 2008). Desde logo devido às poucas alternativas viáveis para a China, que precisava de entrar na OMC para se conseguir integrar de uma forma mais fácil na economia internacional. O segundo motivo está relacionado com as questões políticas, e que se alinham com a vontade da RPC em alcançar o desenvolvimento pacífico e a

ascensão a potência. O terceiro motivo prende-se com a vontade da China querer tornar as reformas económicas mais eficazes, em que a OMC é vista como um mecanismo externo que iria conduzir o ritmo dessas reformas e evitar retrocessos. Por último, a entrada nesta organização iria trazer significativos benefícios económicos para a China, sobretudo através do acesso a mercados internacionais para os seus produtos.

Podemos considerar esta entrada da RPC na OMC como o ponto alto das reformas económicas iniciadas em 1978. A sua participação nesta organização como um membro de plenos poderes assume também um papel fundamental na aceleração das reformas, que de outra forma, aconteceriam a um nível muito mais lento. Além disso, a participação da China nesta organização mundial, diminui a possibilidade de esta adotar políticas protecionistas, como por exemplo medidas protecionistas, e facilita o acesso a investimentos externos e as exportações chinesas.

O facto de a RPC se tornar membro da OMC teve um impacto positivo na economia de todos o país. Depois da sua adesão, houve um aumento da participação da China no comércio internacional, que cresceu de 5,8%, em 2001, para 6,4% em 2007 (Xavier, 2008). Os ganhos totais de bem-estar também aumentaram significativamente depois de 2001. Apesar de todos os ganhos e crescimento que a China teve após a sua entrada na OMC, é de realçar que este crescimento não se deve apenas a isso, também resulta das reformas de liberalização implementadas antes da sua entrada nesta organização, sobretudo daquelas relacionadas com o comércio de produtos manufacturados, o fim das cotas na indústria têxtil e a liberalização dos serviços.

Contudo, os resultados obtidos não foram de igual forma positivos para todos os setores do país, pelo que é possível dividir os resultados em dois grupos distintos: os principais beneficiados com a adesão à OMC e os que foram prejudicados (Xavier, 2008). Quando falamos dos principais beneficiados, falamos, de uma forma geral, dos exportadores, ou seja, do setor têxtil e de vestuário, dos serviços e das atividades em zonas rurais, que foram favorecidos com a abertura dos mercados externos e o fácil acesso a oportunidades de exportação. Os que foram prejudicados foram os produtores de soja e algodão, as indústrias de aço e alumínio, as petroquímicas, o setor bancário e as empresas controladas pelo governo. Estes últimos foram mais prejudicados devido à redução das tarifas de importação, que antes protegiam estes setores da concorrência dos produtos importados. Além disso, a abertura do mercado levou a um aumento do

Investimento Direto Estrangeiro (IDE), o que intensificou a concorrência interna, como foi o caso da indústria petroquímica, afetando negativamente esses setores.

Este aumento da participação no comércio internacional, também foi acompanhado de mudanças no padrão desse comércio, com a alteração da composição das exportações chinesas. Houve um aumento da exportação de produtos eletrônicos mais avançados, como equipamentos de processamento de dados e telecomunicações, artigos de viagem e suprimentos industriais. Além disso, houve também uma alteração na origem das importações, com um aumento significativo das importações de Estados em desenvolvimento, juntamente com o crescimento de importações da Europa e dos EUA.

Esta mútua expansão nas importações de Estados em desenvolvimento e Estados desenvolvidos pode ser explicada pela natureza dual das importações chinesas. A China importa bens intermediários, sobretudo, de Estados desenvolvidos e da região asiática, que são processados e posteriormente reexportados. Por outro lado, as importações de Estados em desenvolvimento, da América Latina e África, consistem principalmente em bens para consumo doméstico, concentrando-se em recursos energéticos e matérias-primas naturais, como minérios.

De acordo com Zhao, Tong e Qiao, a entrada da RPC na OMC teve três grandes consequências, a que eles designaram de “ondas” (Xavier, 2008): a primeira é uma nova onda de investimentos e negócios nas indústrias de manufatura e nos setores das telecomunicações, tecnologia da informação e do comércio online. Essa onda poderá ter tido início em empresas privadas e depois expandiu-se para as controladas pelo governo. A segunda é uma nova onda de investimentos e negócios nos setores financeiro e nos serviços. E, a terceira onda é relativa às mudanças regulatórias, leis e políticas governamentais.

A adesão da RPC à OMC está relacionada com a sua política externa de duas formas distintas: por um lado, representa a incorporação de uma nova estratégia que prioriza as relações multilaterais e, conseqüentemente, a participação ativa em fóruns multilaterais internacionais. Neste contexto, o ingresso na OMC pode ser visto como o ponto principal de um percurso que envolveu a superação do isolamento internacional, que se seguiu ao incidente na Praça Tiananmen, e a adoção de uma postura ativa no sistema internacional. Por outro lado, esta entrada na OMC também deve ser vista à luz dos impactos significativos que terá na China, especialmente no que diz respeito ao acesso a

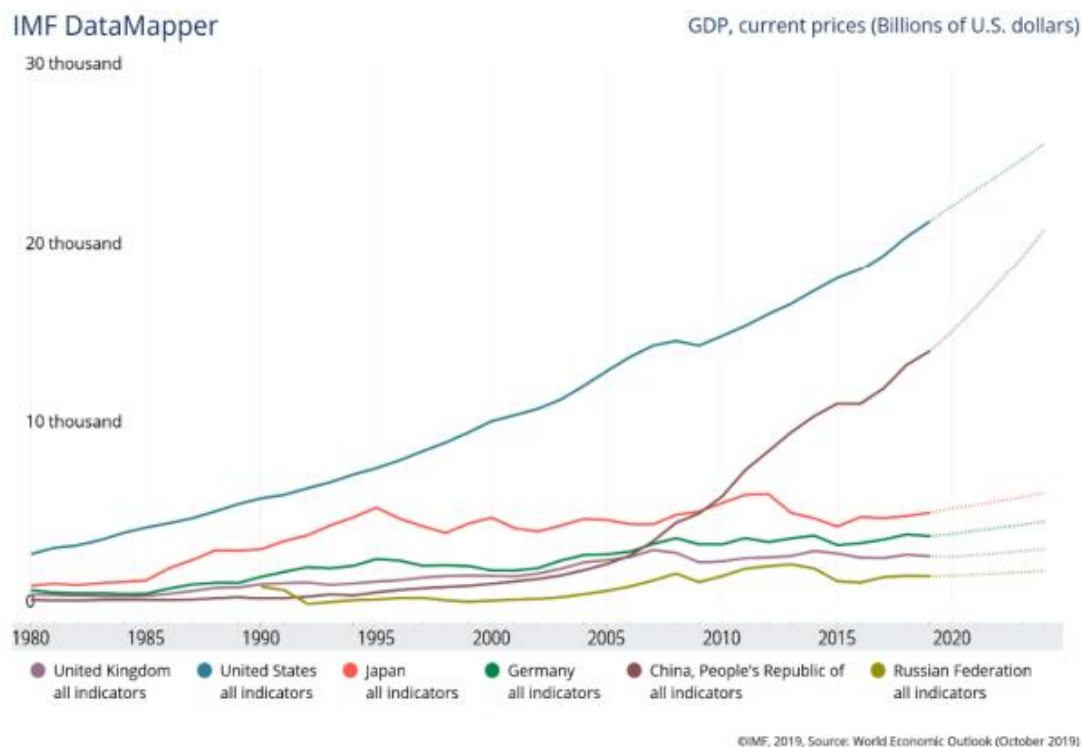
mercados que fornecem matérias-primas e energia. Aqui, a participação na nesta organização é mais uma ação estratégica que liga a política externa chinesa às necessidades económicas do país. Isso implica a China garantir o acesso a recursos essenciais para a sua economia, o que molda sua política externa em conformidade com seus interesses económicos.

2.2. Posicionamento da China no Mercado Internacional

O crescimento económico da RPC tem impacto nas relações económicas ao nível internacional, e a sua participação no comércio internacional é uma das questões mais evidentes do seu peso na economia internacional. Desde que iniciou o processo das reformas na China, em 1978 com Deng Xiaoping, que assistimos a um grande crescimento, tanto das exportações, quanto das importações chinesas. Em resultado de todo este crescimento, a China chegou a ser já em 2004 a terceira maior economia importadora-exportadora, ficando apenas atrás dos EUA e da União Europeia (Xavier, 2008).

De facto, constata-se que a China se empenhou, com sucesso, na sua reestruturação económica. Quando ainda na década de 1980, as primeiras medidas do regime Deng começaram a surtir efeitos pela mudança da pauta da matriz económica, de comércio e produção de produtos de base, direcionando-se para maior foco na indústria de transformação e produção de bens, a China experienciou um vertiginoso crescimento. Analisando-se o gráfico infra, percebe-se que entre os países selecionados, a China que ocupava no primeiro ano da série a última colocação, gradualmente superou países como Rússia, Reino Unido, Alemanha e por fim a segunda maior economia, o Japão.

Gráfico 1- Valores correntes do PIB em série histórica (1980 – 2019)



Fonte: FMI, 2019.

Assim, as relações económicas da China passaram a assumir um papel cada vez mais importante no desenvolvimento económico e político do país. É neste seguimento que a China começa a seguir uma estratégia de longo prazo, que se caracteriza pela subordinação de aspetos económicos e pela utilização destes como meios para a consecução do projeto político do país (Xavier, 2008). Além disso, a China afasta-se da estratégia de isolamento, procurando espaços para se afirmar no contexto internacional.

Em vinte anos a China conseguiu aumentar a sua participação no comércio internacional, aumento este que foi acompanhado pelo crescimento a ritmo acelerado do PIB. O facto de a China entrar na OMC e, assim, conseguir uma grande abertura dos mercados mundiais aos produtos chineses, foi visto como uma ameaça às exportações por vários mercados emergentes. Grande parte dos produtos exportados pela China eram produtos manufacturados, máquinas e transportes e produtos provenientes de indústrias variadas.

Quanto às importações chinesas, estas eram, essencialmente, commodities. Dentro destas, o petróleo era o principal produto importado pela China, caracterizado como o terceiro maior importador do mundo no que se refere a este produto, seguindo-se dos minerais metálicos, como o ferro, o chumbo e o cobre. No que respeita às commodities agrícolas, também se verificou um aumento da importação, que resultou do aumento da renda per capita e da falta de capacidade do setor agrícola chinês em atender a todas as necessidades, que se deveu, em grande parte, à escassez da água e de solos férteis no país.

Outro aspeto importante da atuação da RPC no mercado internacional é nos investimentos diretos estrangeiros. O investimento direto estrangeiro chinês acontece, em especial, na América Latina e na África devido a três grandes aspetos: a racionalidade económica, que tem a ver com a necessidade em aumentar a segurança estratégica e garantir o acesso a recursos e mercados, as intenções políticas, sobretudo, o facto de a China ser vista e reconhecida como uma economia de mercado, e os objetivos estratégicos, que está ligada à emergência da China como um ator importante no sistema internacional, tanto ao nível económico, como político.

Com isto percebemos que existe uma aproximação da China aos mercados emergentes na América Latina e em África, que se deve, essencialmente, da pretensão chinesa por matéria-prima e recursos energéticos, dos quais estas duas regiões são fornecedoras.

No que respeita às relações da China com os Estados da América Latina, o comércio entre ambas as regiões cresceram significativamente, chegando em 2005 a China a ser o terceiro maior parceiro ao nível mundial da América Latina. Ainda antes deste momento, no continente asiático, a China já tinha conseguido superar o Japão, sendo o maior parceiro comercial nessa região. Grande parte das exportações da América Latina para a China são recursos naturais e manufaturas baseadas em recursos naturais. De entre os produtos exportados para a China, destacam-se o cobre, o ferro, a madeira e commodities agrícolas.

As relações comerciais entre a China e os Estados latino-americanos caracterizavam-se, sobretudo, por três processos: desde logo, era adotado o comércio bilateral; depois tínhamos o desenvolvimento de grandes superávits comerciais nos Estados latino-americanos; e, em terceiro lugar, assistíamos a um aumento do fluxo de investimentos

chineses nestes Estados, que se concentravam em dois setores – extração de matéria-prima e construção de infraestrutura.

Grande parte das vezes, o desenvolvimento das relações comerciais entre a China e a América Latina resultava na assinatura de tratados de comércio livre. Aqui destaca-se o Acordo de Alcance Parcial celebrado com o Chile em 2005, em que ficou estabelecido que a 92% das exportações chilenas para a China eram a tarifa zero, e para os restantes produtos haveriam reduções graduais no prazo de dez anos. Além disso, previa uma cooperação entre ambos os Estados nas áreas da ciência e tecnologia, cultura, educação, meio ambiente, propriedade intelectual e um estímulo ao investimento e às pequenas e médias empresas (Xavier, 2008).

A relação da China com os Estados latino-americanos assentava, sobretudo, no comércio de bens, apesar de não se restringir a isso. O investimento chinês na região também aumentou bastante, sendo esta uma das principais regiões de destino do IDE chinês. Muitas empresas geridas pelo governo aumentaram o seu investimento na América Latina, com o objetivo de garantirem o acesso aos recursos naturais desses Estados (Xavier, 2008).

Relativamente às relações da China com África, estas seguem uma estratégia muito semelhante à adotada na América Latina. Nas relações com África destaca-se, em 2000, a criação do Fórum de Cooperação China-África, que fazia reuniões de três em três anos, e tinha como objetivo estreitar os laços entre ambos, tanto a nível comercial, como através de investimentos e cooperação em outras áreas, como a educação e cultura e desenvolvimento tecnológico e agrícola, baseando-se sempre na igualdade e nos benefícios mútuos.

Numa reunião deste fórum em 2006, defendeu-se a cooperação sul-sul e o diálogo norte-sul, de forma a promover o desenvolvimento sustentável e coordenado da economia internacional. Além disso, aqui foi reafirmada a posição da China de ajuda aos Estados africanos no seu percurso de desenvolvimento e resolução de problemas internos de forma pacífica. Contudo, a China não podia intervir nos assuntos internos dos Estados africanos. A relação China-África assentava na exportação africana de energia e minérios para a China e, entre o ano de 2000 e 2005, o comércio entre ambos cresceu de forma bastante significativa, o que tornou a China no terceiro maior país parceiro desta região.

Os investimentos da China foram acompanhando o crescimento do comércio em África, existindo muitas empresas de controlo governamental a atuar em diversos setores. Tal como aconteceu na América Latina, apesar do se ter registado um aumento significativo do investimento das empresas privadas, a presença de empresas do governo chinês tinha uma representação muito maior.

Existem diversas opiniões sobre a presença chinesa em território africano, em que se destaca como fatores positivos o aumento das taxas de crescimento económico dos Estados africanos, consequência do aumento da quantidade e do preço das commodities exportadas, a melhoria das infraestruturas e a melhoria da condição de vida da população africana. Contudo, estes Estados apresentaram balanças comerciais deficitárias devido, sobretudo, à grande importação de manufaturas e aos investimentos chineses na região.

Ao longo dos anos as relações comerciais e de investimento da China com os Estados em desenvolvimento, levantaram muitas questões internacionalmente. Ao contrário do que acontece com os Estados ocidentais, em que vinculam os empréstimos, auxílios económicos e os acordos comerciais a reformas e políticas que favorecem os interesses ocidentais, a China estabelece relações com os Estados em desenvolvimento sem impor qualquer tipo de condicionalidades.

Neste sentido, há autores que acusam a China de ser uma potência neocolonial, que apenas pretende extrair os recursos naturais dos Estados em desenvolvimento, negligenciando a sustentabilidade. Há outros autores que defendem que a China é um país mercantilista, que procura expandir de forma abrupta o seu mercado para as exportações à custa destes Estados em desenvolvimento.

2.2. Ascensão Pacífica da China

O termo *ascensão pacífica* da China surgiu no final do ano de 2003 no governo chinês e, o seu criador, considera que este retrata o caminho que a China deve seguir para a modernização, através do capital, da tecnologia e dos recursos adquiridos de forma pacífica. Embora tenha surgido em 2003, só em 2005, através do Conselho de Estado, é que o governo chinês se pronunciou o mesmo.

Neste seguimento, surge um documento oficial, designado de “Trajetória Chinesa de Desenvolvimento Pacífico”, composto por cinco partes, e que aborda a modernização da China, a promoção da paz, as reformas e inovações institucionais, a relação pacífica com os outros Estados e a construção de um mundo harmonioso e pacífico (Xavier, 2008).

Este documento aborda, numa primeira parte, a conceção pacífica do governo e a sua relação com o percurso de desenvolvimento da China, em que este desenvolvimento pacífico seria uma escolha inevitável, baseada nas suas condições domésticas, história e tradições e no desenvolvimento das relações internacionais. Isto demonstra uma preocupação por parte do governo chinês com a sua legitimidade e estabilidade interna.

Além disso, realça a cultura pacífica do país e o aumento da interdependência presente no sistema internacional como fatores cruciais para a estratégia pacífica da China. Desta forma, pretendem passar uma imagem para o exterior, de que a China não é uma ameaça para o sistema internacional, e que irá contribuir para a paz no mundo.

Os esforços chineses para a promoção da paz incluíram investimentos na educação, na cultura e na saúde, assim como a sua preocupação com o desenvolvimento social da população mundial.

Este documento também refere que a China deve de confiar na sua força, promovendo reformas e inovações e aproveitando as vantagens disso, como é o caso da tecnologia avançada, a mão de obra abundante e a estabilidade social. As reformas aqui sugeridas são, em grande parte, económicas e defendem uma maior abertura do mercado interno e a redução das desigualdades.

A relação com os outros Estados é vista como algo benéfico para todas as partes, tanto para a China, como para os restantes Estados. Assim, podemos dizer, que existe uma defesa da interdependência das relações internacionais.

Numa última parte, este documento aborda a preocupação da China em construir uma ordem mundial assente na paz e na prosperidade. Aqui destacam-se questões como a segurança e a solução de conflitos, assim como a ajuda da China aos Estados em desenvolvimento, através do apoio a projetos, do tratamento tarifário diferenciado, da melhoria da infraestrutura e da qualificação da mão de obra.

A estratégia do desenvolvimento pacífico está, em grande medida, associada aos grandes desafios que a China irá enfrentar com a sua ascensão. Desde logo, a superação do modelo de industrialização tradicional para um novo, mais eficiente e com um maior desenvolvimento tecnológico. De seguida, combater a forma como os grandes poderes emergem, ultrapassando barreiras ideológicas e procurando uma ascensão baseada na paz e desenvolvimento do mundo como um todo. E, por fim, a necessidade da construção de uma sociedade socialista harmoniosa e o fortalecimento de instituições democráticas.

CAPÍTULO III – IMPACTO DO DESENVOLVIMENTO CHINÊS NA ORDEM MUNDIAL

Não podemos analisar a estratégia da China, nomeadamente o desenvolvimento pacífico, de forma isolada, pois esta está intrinsecamente ligada ao contexto das relações internacionais. Além dos impactos para a China, a sua estratégia também irá ter repercussões e provocará reações por parte dos outros atores internacionais.

Ikenberry diz-nos que esta ascensão da China representa uma transformação na ordem mundial de poder, mas não necessariamente um declínio da ordem ocidental (Xavier, 2008). Assim, defende que a China tende a integrar-se na ordem já estabelecida, havendo uma manutenção do sistema liberal, mas sob a liderança chinesa, tal como é possível ver com o aumento significativo da participação da China em organizações internacionais governamentais.

Contudo, o aumento gradual da presença chinesa nos organismos internacionais não foi acompanhado por um envolvimento proporcionalmente maior nessas instituições. Isso acontece por causa da visão da China, de que as regras estabelecidas beneficiam predominantemente os interesses ocidentais, especialmente os dos Estados Unidos, em detrimento dos restantes Estados.

Apesar da China adotar as organizações internacionais e o sistema liberal, isso não garante que manterá essa estrutura caso se torne uma potência hegemónica. Assim, podemos dizer que a China se está a integrar nas regras do sistema construído sob a hegemonia norte-americana, porém não podemos afirmar que essas regras se manterão no futuro ou que a ascensão chinesa não levará a alterações nessa configuração.

1. As relações China-EUA

É importante analisar bilaterais entre a China e os EUA, sendo que os EUA são o principal poder colocado em causa com o desenvolvimento chinês. O facto de a China ser um dos grandes centros de poder no pós-Guerra Fria, torna-a, de imediato, rival dos EUA.

Com o final da Guerra Fria e início do século XXI o sistema internacional permanece unipolar, contudo esta unipolaridade acaba por se vir a revelar ameaçada, devido a uma

redução do poder relativos dos EUA face ao aumento de poder por parte de outros Estados, particularmente da China, que inclusive ultrapassou o Japão, tornando-se na segunda maior economia do mundo.

Em 2011, em visita do presidente da China aos EUA, o mesmo destaca a importância dos dois Estados para a resolução dos principais problemas que hoje se apresentam na economia mundial.

A ascensão da China, associada ao grande poder dos EUA, não é igual à organização do sistema bipolar do período da Guerra Fria, pois agora a competição pela acumulação de poder entre os EUA e a China está acompanhada de um diverso conjunto de fatores: tensões geopolíticas, sobretudo após a crise internacional de 2008, e de questões económicas no plano comercial, produtivo e financeiro.

A relação China-EUA já é antiga, iniciando em 1972, com uma aproximação do governo americano à China comunista, consequência da estratégia americana de isolamento da União Soviética no sistema internacional. Esta relação de proximidade entre ambos os Estados, perdurou até ao fim do bloco comunista e, a partir daí, a China passou rapidamente a ser vista como um concorrente dos EUA.

Em 2008, pós crise internacional, as tensões comerciais entre ambas as potências cresceram bastante devido aos *deficits* norte-americanos com a China, num contexto de baixo crescimento económico americano. Além disso, a manutenção da desvalorização artificial da moeda da China tem levado a uma perda grande de postos de trabalho no país.

De um lado a globalização financeira americana e, por outro lado, o crescimento económico chinês tem resultado em diversas mudanças na divisão internacional do trabalho e, por consequência, levado a alterações nas posições relativas dos Estados na hierarquia do sistema internacional.

No plano comercial, a relação entre EUA-China, ao longo da década 2000, foi marcada por um aumento do comércio (importações e exportações) acima da média mundial, o aumento do *deficit* comercial americano com a China, o aumento das exportações de produtos de baixo valor agregado dos EUA para a China e o aumento de produtos de maior valor das exportações da China para os EUA.

Diante da expansão chinesa os EUA enfrentam duas abordagens. Primeiro, pode tentar manter a sua posição de potência hegemónica regional na Ásia, consolidando a sua influência nessa região. Ou, uma segunda alternativa, passa por promover a cooperação entre os Estados asiáticos, independentemente da participação direta dos EUA. Seja de que maneira for, a forma como os EUA e a China mantêm a sua relação terá influência e será fundamental na determinação da estabilidade na região asiática. Assim, podemos dizer que a Ásia pode ser vista como uma mostra das relações entre EUA-China, pois o comportamento das duas potências na região vai-se refletir nas perceções e intenções de cada um em relação ao outro.

Para além dos EUA, destacamos o Japão como um dos Estados mais preocupadas com o crescente poder da China. Além de geograficamente estar próximo da China, esta é também considerada um dos principais poderes militares do mundo, pelo que os gastos militares da China preocupam o Japão. Numa situação em que a China procurasse tornar-se a potência hegemónica, o Japão seria o seu principal rival, liderando uma coligação juntamente com os EUA (Xavier, 2008).

As relações económicas e políticas entre Japão-China não são boas, sendo que este desenvolvimento económico chinês resultou numa aproximação e fortalecimento de uma aliança estratégica entre o Japão e os EUA.

2. Guerra Comercial China-EUA na OMC

Depois da adesão da China à OMC em 2001, durante os primeiros anos, os EUA deram uma certa liberdade à China para que esta adequasse as suas normas e práticas aos compromissos assumidos com a OMC, tendo assim demonstrado uma disposição cooperativa com a China.

Contudo, esta posição de cooperação norte-americana em relação à China começou a mudar aquando o início do segundo mandato de Bush, levando a um aumento das tensões comerciais, que surgiram devido à pujança das exportações chinesas. Em 2005, os EUA aprovaram uma decisão não vinculativa que recomendava um aumento das tarifas de importação dos EUA sobre os produtos chineses, caso a China não valorizasse a moeda norte-americana no prazo de seis meses. Neste sentido, a China anunciou a substituição do seu regime cambial de paridade fixa em relação ao dólar.

Outro aspeto a destacar nas relações entre EUA e a China diz respeito ao comércio dos produtos têxteis, que também veio a resultar em divergências entre ambas as potências, também em 2005. Nesta matéria existia um Acordo, o Acordo de Multifibras, que no fundo permitia que os Estados desenvolvidos pudessem impor restrições quantitativas sobre as importações de têxteis e vestuário que fossem provenientes de Estados em desenvolvimento.

Contudo, este Acordo em 2005 deixou de estar em vigor, o que veio favorecer, sobretudo a China, que era muito competitiva nesta indústria e, por isso, registou de imediato uma subida acentuada nas taxas de exportações de têxteis. Face a esta situação os parceiros comerciais da China ameaçaram restringir as exportações chinesas destes produtos a um limite de 7,5%, sendo que os EUA foram o país que adotaram mesmo esta posição, levando a uma degradação das relações entre os dois Estados.

Além disso, um dos grandes conflitos, e que devemos destacar, prende-se com a guerra comercial a que assistimos no seio da OMC entre os EUA e a China.

Apesar de a China beneficiar com as atuais regras impostas no comércio, esta nunca deixou de ter uma visão nacionalista da economia, o que provocou uma sensação de desconfiança nos EUA, durante o governo de Donald Trump, em relação ao atual sistema comercial.

Foi em 2018 que se assistiu a um agudizar das tensões comerciais entre ambos os Estados. Além de recusar aceitar a China como sendo uma economia de mercado, o governo de Trump passou à ofensiva, acusando a China de violar diversas regras do comércio internacional, de praticar práticas abusivas contra empresas norte-americanas e de colocar em causa a segurança nacional dos EUA.

Assim, a partir desta altura, os EUA começaram a adotar uma posição de confronto aberto com a China, aplicando, por isso, um conjunto de medidas unilaterais restritivas, limitando o acesso dos seus produtos ao mercado americano. Desta forma, foram introduzidas novas tarifas aduaneiras, o que provocou uma guerra comercial que obteve resposta chinesa sobre produtos e empresas norte-americanas.

Este conflito acalmou no início do ano de 2020, contudo foi algo que teve fortes impactos no seio da OMC, pois sendo os EUA e a China as maiores potências em

termos comerciais, ambas fazendo parte da OMC e envolvidas num conflito, seria impossível caso isso não se verificasse.

Fruto desta guerra comercial entre EUA e China, desde final do ano de 2019 que o Mecanismo de Resolução de Litígios da OMC se encontra bloqueado. A razão apontada para este acontecimento é o facto de cada vez mais existirem menos Estados para decidir litígios no comércio internacional. Este bloqueio surgiu por causa dos EUA se oporem à nomeação de novos membros à medida que os mandatos vão terminando. Além disso, também existe a crença norte-americana de que a arbitragem da OMC é injusta e por vezes distorcida, pois em várias ocasiões a organização proferiu decisões desfavoráveis aos EUA, nomeadamente em situações de litígios com a China.

Desta forma, podemos dizer que as consequências da guerra comercial entre China-EUA provocaram danos colaterais no seio da OMC, nomeadamente na arbitragem de litígios.

Além disso, esta guerra comercial teve impactos em outras áreas da OMC, sendo de destacar o abuso das regras estipuladas no artigo XXI do GATT, que prevê restrições ao comércio internacional por motivos de segurança nacional.

Em 2018, os EUA chegaram a aplicar tarifas sobre a importação de aço e alumínio, algo que teve um grande impacto a nível internacional, sendo, por isso, vista como uma medida inadmissível, quer no plano dos princípios, pois era contrário aos ideias do liberalismo económico-comercial baseado no livre comércio, quer em termos de regras estabelecidas pela OMC.

Com base na legislação do Trade Expansion Act de 1962, se forem registados indícios de que as importações estão a colocar em causa a segurança nacional, o presidente norte-americano pode aplicar tarifas aduaneiras e quotas de importação (Fernandes, 2020). Da análise efetuada, o departamento de comércio chegou à conclusão de que de facto as quantidades e as circunstâncias das importações de aço e alumínio estavam a colocar em causa a segurança nacional dos EUA.

CONCLUSÃO

A ascensão económica e afirmação política chinesa ao nível global obriga a que os estudos em Relações Internacionais reflitam sobre o futuro da Ordem Mundial: por um lado a China pode ser considerada um *free-rider* da ordem liberal, aproveitando-se do modelo de Bretton Woods para a sua expansão e maior influência tanto política como económica. Por outro lado, a China pode ser vista como um modelo alternativo à Ordem liberal baseada nos princípios democráticos: o regime autoritário chinês apresenta-se como uma outra via de acesso ao poder no Sistema Internacional. O sucesso chinês e a liderança no comércio internacional, e o aprofundamento de suas relações com diversos países, como a Rússia ou a Coreia do Norte, questionam profundamente os ideais democráticos ocidentais.

Entendemos que há dois possíveis cenários bem claros para a futura Ordem Mundial. O primeiro caracteriza-se por uma transição de poder pacífica, devido a atuação chinesa em Organizações Internacionais – como na procura por assumir o papel dos EUA, evidenciado pelo seu comportamento na OMC – e pelo impacto global demonstrado pela Belt and Road Initiative, sobretudo em zonas periféricas, e distanciadas do Centro demoliberal.

O segundo cenário é marcado por um reforço da liderança americana, apoiada pelo poder do multilateralismo, ou seja, da aliança com as democracias ocidentais, impondo uma difícil missão à Administração Biden de restituir o papel dos Estados Unidos como *Hegemon* da Sociedade Internacional, retomando o multilateralismo como ferramenta fundamental da política externa americana.

É neste âmbito que as ferramentas analíticas da Teoria do Sistema-Mundo nos auxiliam no estudo da alteração da dinâmica das relações entre o Centro, liderado pelos EUA, e a periferia, liderada pela China.

A teoria do sistema-mundo de Wallerstein, embora tenha sido desenvolvida a partir de um período histórico específico, as suas ideias e os seus conceitos continuam a fornecer uma base conceitual relevante para analisar as relações económicas, políticas e culturais no sistema internacional contemporâneo. Esta teoria ajuda a analisar as desigualdades económicas e geopolíticas entre os Estados, destacando a competição e hegemonia

política e económica. Além disso, mostra-nos a divisão entre centro, periferia e semiperiferia, com Estados desenvolvidos que vão acumulando poder e riqueza, enquanto outros continuam pouco desenvolvidos a serem explorados.

Segundo Wallerstein os Estados centrais procuram maximizar os seus interesses económicos e políticos, competindo por recursos e formando alianças estratégicas. A competição entre os EUA e a China revela essa procura pela hegemonia. Além disso, esta teoria também nos fala sobre identidades culturais e interdependência mundial, analisando desafios como o comércio e a migração.

Os estudos fundamentados na teoria do sistema-mundo são consensuais quanto aos evidentes sinais de uma crescente reorientação hegemónica do Ocidente para o Oriente, sendo a China a protagonista dessa Nova Ordem mundial encerrando o ciclo vigente, pós Bretton-Woods – liberal e liderado pelos EUA.

Os teóricos do Sistema-Mundo, discípulos de Wallerstein, são muito pessimistas para a Ordem Mundial de hegemonia ocidental. o fim do ciclo norte-americano de acumulação será seguindo por situação política e economicamente incerta, ainda que hegemonzada pela China. Os pressupostos políticos, económicos e jurídicos do capitalismo, por isso, poderiam deixar de existir após o encerramento do ciclo de acumulação norte-americano, o qual consistiria, por isso, no último ciclo de acumulação do capitalismo, bem como pela renovação das instituições internacionais, como a OMC, em conformidade com os interesses políticos e de acumulação centrados na Ásia.

A China em “ascensão” global, inicialmente considerada periférica, resultou da transferência de atividades económicas, políticas industriais e expansão territorial, desafiando o domínio das nações centrais. A China, desde os anos 70 do século XX, procedeu a reformas que lhe permitiram ser o que é hoje. Gradualmente, o país asiático foi tomando espaço nas trocas de âmbito global gradualmente ultrapassando Estados como Coreia do Sul, Taiwan, Japão e Singapura – sobretudo em setores como produtos eletrónicos e máquinas industriais.

Até meados do século XIX, a China era um país caracterizado pelo seu atraso ao nível tecnológico e tinha uma política externa que refletia a sua fraqueza. Uma nova era na República Popular da China apenas se inicia em 1978 com a ascensão de Deng Xiaoping como líder chinês. É sob a sua liderança que se vai conseguir alcançar uma maior estabilidade interna e que o crescimento económico chinês se começa a destacar.

Inicialmente são tomadas algumas medidas de abertura económica e implementam-se zonas económicas especiais nas áreas costeiras. Estas medidas tiveram como principal objetivo incentivar o comércio internacional e atrair o investimento direto estrangeiro, transformando essas regiões costeiras em centros económicos dinâmicos.

Estas reformas de Deng Xiaoping alteraram o curso da economia chinesa, procurando um capitalismo centralizado e regulado pelo Estado, mas aberto ao mercado. Isto resultou num crescimento da produção industrial e agrícola, que acabou por melhorar o modelo de vida da população.

Estas reformas, o desenvolvimento das ZEE e a descentralização gradual da economia chinesa, acabou por ter um impacto positivo na expansão as relações económicas internacionais da RPC. Contudo, surgiram alguns desafios e crises que colocaram em causa e acabaram por interromper o processo de reforma chinesa.

Ainda assim, a RPC ao longo das décadas continuou o seu desenvolvimento, enfrentando diversos desafios, como a poluição ambiental, a desigualdade de desenvolvimento entre as áreas urbanas e as áreas rurais, o superinvestimento e a necessidade de coordenar o crescimento económico com o desenvolvimento social. Desta forma, a China acabou por se tornar numa potência industrial com uma crescente terceirização da produção.

Ao nível internacional a RPC também enfrentou diversos desafios, como desequilíbrios comerciais globais e desafios internos na sua estrutura económica.

A sua entrada na OMC, um marco crucial na história da China, teve uma grande influência nas relações económicas ao nível mundial. Esta adesão à OMC teve impactos diferentes em diversos setores da economia chinesa, beneficiando-se da maior exposição aos mercados internacionais, enquanto outros enfrentaram desafios devido à maior concorrência e à redução das tarifas de importação.

Além disso, a China expandiu as suas relações comerciais e IDE em várias regiões, sobretudo em Estados em desenvolvimento, como na América Latina e em África. Contudo, embora a presença chinesa tenha contribuído para o crescimento económico nessas regiões, a falta de condicionalidades nos acordos e investimentos trouxe algumas preocupações sobre a sustentabilidade dessas relações e algumas divergências em relação à opinião sobre a China: existiam aqueles que viam a China como uma potência

neocolonial que explorava os recursos daqueles Estados e outros que a consideravam uma nação mercantilista que apenas procurava expandir o seu mercado. Isto acabou por levantar várias questões sobre o equilíbrio entre os interesses económicos e as preocupações sociais e ambientais.

A adesão chinesa à OMC também acabou por ter alguns impactos na sua relação com os EUA. Depois de 2001, desencadeou-se uma onda de tensões comerciais entre a China e os EUA, que piorou após a crise económica de 2008. Isto resultou numa guerra comercial entre as duas potências, o que acabou por ter impactos negativos não só nas relações bilaterais, como também na estabilidade da própria OMC, colocando em causa o comércio internacional e as estruturas institucionais estabelecidas pela OMC.

A ascensão económica e política da China é, assim, paralela à perda de poder relativo por parte dos EUA, ator que manterá, contudo, posição importante no cenário internacional. Assim como a Inglaterra, após a Segunda Guerra Mundial, fora, nos mais diversos foros decisórios internacionais, integrada ao grupo de potências, os EUA manter-se-ão, como ator relevante do sistema internacional, ainda que em situação não hegemónica.

Deve-se notar que, na atualidade, a relação entre o Estado hegemónico decadente (EUA) e o ascendente (RPC) é bastante conflituosa, mas também original, sendo, apesar das divergências, profundamente dependentes economicamente – com uma grande parte das exportações chinesas a terem por destino os Estados Unidos, os quais direcionam grande parte de seus investimentos externos para a China. A China, por sua vez, financia a dívida pública dos EUA, mediante compra abundante de títulos do tesouro norte-americano. Existe, dessa forma, no âmbito económico, uma relação ambivalente entre os dois Estados, ainda que, no âmbito político, muitas divergências ainda persistam.

Por outro lado, essa alteração sistémica depende de diversos fatores complexos, como da manutenção do crescimento chinês, da continuação da estagnação económica dos EUA, da aceitação internacional do novo *Hegemon* e da ausência de conflitos, ou, a depender, justamente o contrário, se a Armadilha de Tucídides culminar em uma guerra com vitória chinesa. Fenómenos recentes, como a pandemia, a recessão mundial, a crise climática e os conflitos na Ucrânia e no Médio Oriente, poderão catalisar a construção

de poder chinês ou então desencadear uma reação norte-americana que contrarie a concorrência da China.

Os EUA ainda possuem a vantagem de dominar os instrumentos multilaterais do Sistema Internacional e todos os níveis do poder estrutural, e não estão dispostos a abrir mão facilmente do seu *status* dominante.

BIBLIOGRAFIA

- ACCO, M. A. (Outubro-Dezembro de 2018). *Revista de Economia Política*, vol. 38, nº 4 (153).
Os Estados, o sistema-mundo capitalista e o sistema interestatal: uma leitura crítica das contribuições de Immanuel Wallerstein, pp. 708-730.
- Deng, K. (s.d.). *China's political economy in the modern times: Changes and economic consequences*. Routledge.
- Fernandes, J. P. (2020). *A Organização Mundial do Comércio e a 'guerra comercial' EUA-China*.
- Freire, M. R. (2011). *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Hung, H.-f. (2017). *A Ascensão da China, a Ásia e o Sul Global*.
- Leão, B. G. (2009). *As Relações Económicas EUA-China no Início do Século XXI: Análise à Luz das Dinâmicas das Correntes da Geopolítica e da Globalização*.
- Martins, J. R. (Dezembro de 2015). *IMMANUEL WALLERSTEIN E O SISTEMA-MUNDO: UMA TEORIA AINDA ATUAL?*
- Medeiros, E. R. (2013). *Economia Internacional*. Lisboa: Escolar Editora.
- Mendes, P. E. (2017). *COMO COMPREENDER E ESTUDAR A DECISÃO EM POLÍTICA EXTERNA: REINTERPRETANDO OS CLÁSSICOS*.
- Mendes, P. E. (Setembro de 2017). *O poder e as ideias na política externa da Indonésia democrática: Ser ou não ser um ator global?*
- Mendes, P. E. (2020). *R(r)elações I(i)nternacionais, Realismo e Análise da Política Externa (APE): contextualizando a invenção da APE*.
- Morgadinho, M. I. (2021). *A Ascensão da China e a Ordem Internacional: Comparação da Política Externa Chinesa em relação aos EUA na Era de Deng Xiaoping e na Era de Xi Jinping*.
- Organization, W. T. (s.d.). *World Trade Organization*. Obtido de World Trade Organization : https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/inbrief_e/inbr_e.htm

- Pinto, R. P., & Acioly, L. (2001). *A China na Nova Configuração Global: impactos políticos e económicos*.
- Salomón, M., & Pinheiro, L. (2013). *Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos*.
- Sousa, F. d., & Mendes, P. (2014). *Dicionario de Relações Internacionais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Sousa, F. d., & Mendes, P. (2014). *Dicionário de Relações Internacionais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Thorstensen, V. (Novembro de 2010). *CHINA E EUA – DE GUERRAS CAMBIAIS A GUERRAS COMERCIAIS*.
- Wallerstein, I. (1980). *The Modern World-System II: Mercantilism and the consolidation of the Europea World-Economy*. Academic Press.
- Wallerstein, I. (1989). *The Modern World-System III: The Second Era of Great Expansion of the capitalist World-Economy, 1730s-1840s*. Academic Press.
- Wallerstein, I. (s.d.). *O Sistema Mundial Moderno*. Edições Afrontamento.
- Wallerstein, I. (s.d.). *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. University of California Press.
- Wallerstein, I. (s.d.). *The Modern World-System IV: Centrit Liberalism Triumphant*. University of California Press.
- Wallerstein, I., & Hopkins, T. (1982). *Processes of the World-System*. Sage Publications .
- Xavier, N. S. (Novembro de 2008). *O Gigante Asiático: Aspectos Político-Econômicos da Ascensão Chinesa (2001-2007)*.